



CUBA
Revolução
em marcha

Poder Popular



O PÃO QUE OS PADEIROS (TAMBÉM) QUEREM COMER greve suspensa mas a luta continua!

Milhares de padeiros estiveram em greve por reivindicações absolutamente justas: a defesa de uma grande conquista — o horário diurno — e a conquista de salários que não sejam de fome. Milhares de padeiros de Norte a Sul do País em luta pela portaria há muito prometida pelo Governo, suspenderam a greve mas não desistiram da luta!

A LUTA JUSTA DOS PADEIROS PELO CCT

O contrato colectivo de trabalho, assinado em 12 de Abril de 1975, e com vigência de 1 ano, terminou

em 12 de Abril de 1976, tendo então sido denunciado pelos Sindicatos às entidades patronais, juntamente com o envio do projecto do novo C.C.T.

As entidades patronais

Continua na pág. 12

Este final de ano vai ser marcado por intensa actividade política. Ao mesmo tempo que surgem novos sinais de agudização da crise política-militar e social quase todas as forças políticas preparam os seus congressos. É o caso do PPD, PS, PC, e GDUPs. Neste mesmo período nós próprios realizaremos a I Conferência Nacional de Quadros. A 12 de Dezembro tem lugar a votação para as autarquias locais e entretanto travam-se os mais importantes combates preparatórios do Congresso de Todos os Sindicatos a realizar no início do próximo ano.

No que respeita aos congressos partidários eles são uma consequência do regime de democracia burguesa que a Constituição consagra. Ao mesmo tempo reflectirão as contradições desse regime nas condições concretas da luta de classes no nosso país. Não cabe aqui fazer essa análise.

Cabe aqui alertar para as manobras demagógicas dos partidos burgueses e reformistas que irão atingir um ponto alto com a realização dos seus congressos. Ao contrário do que nos querem fazer crer os partidos burgueses a luta de classes não tem os seus dias contados; pelo contrário continua e tem um forte reflexo no seio dos próprios partidos que a querem iludir aos olhos das massas. O que a realidade nos ensina, por outro lado, é que a paz social que os partidos burgueses (e os reformistas revisionistas) não se cansam de proclamar (ou desejar) não passa de um mito. A ordem democrática burguesa e as palavras «liberdade» e «socialismo» são véu que encobre o avanço das forças da direita reacção e fascista, a consumação da recuperação capitalista e a cada vez mais descarada ingerência do imperialismo na política e na economia do nosso país.

A tarefa dos revolucionários e comunistas

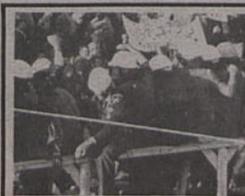
é a de estar, em cada momento, em condições de fazer compreender às massas o carácter demagógico da política burguesa, ou seja, a falsidade das promessas que não cumprirão. Cabe ainda aos revolucionários a responsabilidade de denunciar a incapacidade da alternativa revisionista para romper com o compromisso democrático-burguês e a prática de cedências sucessivas à política burguesa.

A tarefa dos revolucionários e comunistas é a de demonstrar a superioridade do poder popular sobre a democracia burguesa, a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, o carácter transitório da democracia-burguesa e a inevitabilidade da vitória das forças do progresso sobre as forças da reacção.

Mas esta luta permanente não poderá ter sucesso se a cada momento não arranjar os meios de se impôr. A questão da organização está, hoje, na ordem do dia. Mais do que em qualquer outro regime, em democracia-burguesa, os revolucionários têm que saber lutar mesmo no terreno do inimigo. Têm que saber empunhar as próprias armas do inimigo para o combater. Os revolucionários não podem ser observadores de uma luta que só aparentemente lhes não diz respeito. A denúncia da política burguesa e da prática de conciliação dos revisionistas não se faz consequentemente só de fora das instituições burguesas nem tão pouco com frases revolucionárias e críticas em relação a tudo e a todos. A política burguesa combate-se não iludindo a natureza conciliatória da prática dos revisionistas e fundamentalmente vencendo a batalha da unidade em torno das tarefas da organização do MUP.

Assim os revolucionários ganharão amplos sectores das massas para o seu campo e a força necessária para combater no próprio terreno da

Continua na pág. 3



CONGRESSO
SINDICAL:
carta aberta
isolada

pág. 4



GDUPs
uma direcção
para
a unidade

pág. 6-7



LENINE
um itinerário
marxista

pág. 3

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA

CRISE DO PS ... OU O PARTIDO EM HORA DE (IN) DEFINIÇÕES

Com a aproximação do Congresso do Partido Socialista tornam-se evidentes divergências no seu interior.

Essas divergências são aliás inevitáveis e até naturais visto que é uma formação interclassista, que tenta conciliar o inconciliável, que se define precisamente pela... ambiguidade.

A direcção do P.S. «denuncia» constantemente a

«especulação da Imprensa», protesta a mais firme unidade do partido e repete que isso de divergências é uma manobra da direita que quer destruir o P.S.

O que é certo é que a política zigzagueante que o P.S. aplica dá fortes argumentos a quem o quer atacar. As constantes contradições entre o programa do partido e o do Governo, as medidas anti-populares que vem pondo

em prática, saudadas pela direita causam compreensível confusão e mal-estar entre as bases do próprio P.S.

Simultaneamente o aplauso e aparente coragem que a direita faz à «ala direita do P.S.» é meramente tática e visa isolar os elementos que se vêm opondo à formação de uma grande coligação de direita P.S./P.P.D./C.D.S. (É significativo afirmações produzidas pelos fascistas da C.A.P. em recente plenário, segundo as quais, Soares é um político honesto que só ainda não conseguiu neutralizar, no seu partido, o sector da agricultura). É a propósito das medidas mais reacçãoárias avançadas pelo Ministério P.S. que as contradições têm estalado com mais evidência.

O ponto de fractura é nitido: a **contradição entre as medidas reacçãoárias da cúpula do P.S., no Governo, e as aspirações dos militantes de base, ligados ao quotidiano, e que vêm ministros ditos socialistas por em lei ou decreto as posições que defendem os activistas antisocialistas** (embora muito democráticos, conforme a terminologia «Tempo») do P.P.D. e C.D.S.

É através de uma pirueta dos políticos e da imprensa reacçãoária (entre os quais se situam boa parte dos próprios dirigentes do P.S. e jornais como a «Luta») que aquela contradição base-cúpula é transformada numa outra, entre figuras da cúpula. Deste modo se escamoteiam as raízes da divisão — as posições reacçãoárias da cúpula — ao mesmo tempo que se tenta atribuir as culpas a uns tantos «marxistas» de modo a isolá-los dentro do P.S.

Quem diria que Lopes Cardoso, que no VI Governo, tanto lutou contra os trabalhadores e a Reforma Agrária, iria agora ser acusado de perigoso esquerdista!

O CASO CARDIA — FRUSTRAÇÕES DA PUBERDADE?

Os pontos de conflito até agora verificados confir-



mam o que afirmamos. Vejamos o já tão estafado caso Cardia. A fúria anticomunista do ministro (resultado de frustrações da puberdade, de quando era militante do P.C.P.?) leva-o a aplicar uma política que é considerada pelos fascistas como «responsável».

O sindicato dos professores — cuja direcção é afectada ao P.S. — vê-se obrigada a vir a terreno em defesa dos mais elementares interesses profissionais dos seus sócios, atacados pelo «socialista» ministro. Isto irignia a já conhecida guerra de comunicados, todos do P.S.; um da Comissão de Trabalho de Lisboa do P.S., apoiando o Sindicato dos Professores; seguiu-se-lhe outro, da Federação da Área Urbana de Lisboa, também do P.S., atacando em termos muito áperos o sindicato e a Comissão de Trabalho pela atitude divisionista; finalmente o Secretariado Nacional emite um comunicado em que após a referência da praxe ao «clima de intrigas e especulações jornalísticas que visam desorientar as bases do P.S. e a dividi-las da realização do próximo Congresso» (sic) recomenda «a todas as secções e núcleos do nosso partido para que não tornem públicas quaisquer moções sobre este assunto». Como se vê é bem um conflito entre base — direcção do sindicato — e cúpula — Cardia. Conflito aliás abafado pelo Secretariado Nacional de forma bem pouco «democrática», não?

E DE ALEGRE SE FEZ TRISTE

Alegre teve papel de destaque na cruzada anticomunista de há um ano.

Hoje, à frente da Comunicação Social, «reestruturamos os grandes meios de Informação. Que significa reestruturar para Alegre?

— Devolver à burguesia e ao capital

Na RTP, Tomás Rosa agora leader do «clube político» de Natália Correia, avança outra cruzada: contra a equipa formada por... Ramalho Eanes!!!

Na Radiodifusão continuamos com noticiário único e uma programação cada vez mais à direita. O despedimento dos trabalhadores suspensos é tal atropelo aos direitos dos trabalhadores, que o próprio Marcelo Curto se pronuncia contra!

Entretanto, neste clima de conflito interno (e por mais que a cúpula o atribua



a «especulações jornalísticas»), a «Capital», pelo punho do seu director (outro «socialista», aliás ex-monárquico e ex-direitista) Sousa Tavares vem «denunciar» a divisão interna do P.S., atribuindo-a a uma maquinação da ala esquerda que seria necessário «sanear».

O MAL-ESTAR DAS BASES DO P.S.

Com esta prática política, não é de estranhar que o P.S. tenha problemas!

Os trabalhadores que em várias eleições votaram P.S., não queriam com esse acto votar na recuperação capitalista e no regresso a 24 de Abril. Para isso tinham alternativas bem mais consequentes...

Nunca pensaram que o P.S. no Governo pudesse originar a política antipopular a que assistimos. A este defacção é grande.

E temos sérios indícios de que os trabalhadores que votaram P.S., acordaram já do seu engano: as

eleições presidenciais foram significativas. Um milhão de eleitores que antes tinha votado P.S., preferiram votar Otelo ou Pinheiro de Azevedo (já não falando nos que se abstiveram...) a votar juntamente com reacçãoários e fascistas do P.P.D. e C.D.S. no candidato Eanes. É pois a própria política direita do P.S. que é responsável pela divisão do partido.

O CONGRESSO E A DEMOCRACIA

Outros assuntos muito quentes obrigaram o P.S. a definir-se. Em matéria do trabalho parecem vencer as posições que dizem que é melhor dar já todos os privilégios à burguesia para evitar que ela os venha buscar empregando eventualmente a força... A legislação sobre despedimentos é uma incrível peça jurídica que conta, por certo com o apoio da C.I.P. e do C.D.S. Já a manobra «Carta Aberta», para a criação de uma Central Sindical Paralela, parece comprometida pela fraqueza, agora bem visível, das suas posições. Este é outro ponto de fricção. Quem não sabe que um dos mais representativos dirigentes sindicais do P.S. — Kaldias Barreto — é favorável ao Congresso de Todos os Sindicatos?

Uma pergunta fica sem resposta: **o que se passará no Congresso?**

É bem possível que se consiga ainda desta vez salvar as aparências e manter os conflitos «em banho-maria». Soares e o argumento da necessidade de manter a unidade do partido no Governo poderão pois triunfar ainda desta vez.

Sobretudo o cuidado com que tem sido preparado o Congresso (Salgado Zenha, leader destacado da ala mais direita tem dirigido os trabalhos) deverá garantir que as bases se não consigam exprimir de acordo com o seu peso real, dando margem de manobra às personalidades da cúpula do partido.

De qualquer modo os prognósticos são por demais arriscados.

O partido de Soares é um balão muito inchado. Quem garante que não esbarrrará num alfinete?

MURAI REVOLUCIONARIOS DO MES



Os serviços de propaganda do MES editaram uma série de 9 postais com a reprodução a cores de algumas pinturas murais feitas por militantes do nosso partido.

Esta série reproduz murais de Lisboa, Beja, Albernosa, Serpa e Cuba.

O vigor da composição, a riqueza do colorido, o dinamismo das figuras e a unidade do estilo dão um real valor e interesse a esta colecção. Mas o que mais distingue estas pinturas é a sua ligação às lutas concretas do nosso povo e o seu carácter verdadeiramente popular, repudiando tanto qualquer academismo como populismo demagógico.

Esta edição tem por finalidades, não só dar a conhecer aos nossos militantes e simpatizantes este conjunto de obras de arte revolucionárias, como a angariação de fundos para o nosso partido.

Por isso, a venda dos postais deve ser assumida militantemente por todos aqueles que estão empenhados na luta contra o fascismo e pelo socialismo.

As colecções encontram-se à venda na livraria central do MES (Av. D. Carlos I, 128, Lisboa-2, telefone 607128/9) e nas nossas sedes em todo o país.

Podem ser satisfeitos pedidos pelo correio. Preço da colecção 45\$00, mais 5\$00 por correio.

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

JORNAL SEMANAL — todas as 4.ªs-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 132, Lisboa telefone 66 26 29

Composição e impressão Renascença Gráfica S.A.R.L. Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa



Continuação da pág. 1

burguesia e dos revisionistas o inimigo principal; as forças da direita reaccionária e fascista. Os revolucionários, na fase actual de democracia burguesa, não podem ocultar-se; não podem substituir as tarefas da organização política de massas por frases radicais e de afirmação de princípios; não podem menosprezar o terreno da unidade popular, em favor da proclamação em palavras ou na prática da superioridade ideológica, organizativa ou política, de qualquer dos partidos que apoiam o MUP.

Por isso nós dizemos: «a tática dos revolucionários tem um primeiro grande objectivo: erguer uma organização de tipo frentista, unitária, popular, e de massas, que possa dar combate à burguesia no seu próprio terreno»;

A tática dos revolucionários tem no período actual de luta dois grande momentos de concretização: fazer do congresso dos GDUPs um êxito, pela vitória da unidade sobre o sectarismo fazer da participação dos revolucionários nas eleições para as autarquias um êxito, que não residirá tanto nos resultados numéricos globais que se obterão mas no reforço do trabalho de organização dos trabalhadores e do povo na consolidação da unidade popular.

**AVANTE PELO CONGRESSO DOS GDUPs!
AVANTE COM AS LISTAS DE UNIDADE POPULAR PARA AS
ELEIÇÕES DAS AUTARQUIAS LOCAIS!**

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA!

mais ricos e o horizonte político mais amplo que encontra nos intelectuais sociais-democratas. Mas à medida que se estrutura no nosso país um verdadeiro partido, o operário consciente deve aprender a distinguir a psicologia do soldado do exército proletário da psicologia do intelectual burguês que se pavoneia com frases anarquistas» (5)

Nos anos de gestação da Revolução russa, Lenine dirige segundo estes princípios a edificação do partido revolucionário da classe operária russa (a fracção bolchevique da social-democracia russa) que se torna a «inteligência colectiva que permite formar politicamente a vanguarda proletária, retirando-a às influências burguesas do espontaneísmo político e do economicismo cultivados pelo intelectualismo russo.

Mas Lenine não retrou desta teorização as conclusões oportunistas do revisionismo da nossa época. Ao contrário, assinalou os limites históricos destas concepções e no primeiro grande surto revolucionário russo de 1905 escreveu:

«No momento presente, quando o heroico proletariado demonstrou na prática a sua disposição para a luta e a sua capacidade de combater solidariamente, firmemente, por fins perfeitamente assumidos, de lutar dentro de um espírito puramente social-democrata, seria completamente ridículo duvidar que os operários que ingressam no nosso partido (...) não se tornem social-democratas em 99 por cento dos casos. A classe operária é social-democrata por instinto, de modo espontâneo e em dez anos de trabalho a so-

cial-democracia fez muito, muitíssimo para converter essa espontaneidade em consciência» (6).

Isto escreveu Lenine quando o surto revolucionário revelou novas forças de vanguarda no proletariado russo que até então não tinham despertado para a luta revolucionária mas cujo contributo ao avanço do movimento se torna mil vezes mais rico e importante do que a velha estrutura clandestina de funcionários teorizada em «Que Fazer?» e posta em prática desde então, assente, numa parte substancial, em elementos não proletários. E no mesmo texto assinala: «A relação entre as funções dos intelectuais e dos proletários (os operários) no movimento operário social-democrata talvez possa expressar-se com rigor na seguinte fórmula geral: os intelectuais resolvem bem as questões «do ponto de vista dos princípios», esboçam bem o esquema, raciocinam bem sobre a necessidade de fazer... e os operários fazem. (...)» **Nos os emigrados, em particular, estamos muito afastados da prática.** De certo, escrevemos já um programa, muito bom e completo para a toda a revolução democrática. Unamo-nos também na realização prática desta revolução» (6).

Em resumo, no itinerário político de Lenine nos primeiros anos deste século avultam as concepções políticas e organizativas que hoje em dia se tornaram alibi para manietar o movimento operário nos limites da colaboração de classes, e que na doutrina leninista são instrumento, em dada fase de luta, para a coesão ideológica, polí-

Continua na pág. 11

LENINE

um itinerário marxista

Aproxima-se a data do 59.º aniversário da grande Revolução de Outubro.

Data gloriosa para todos os comunistas e revolucionários que lutam pela emancipação dos trabalhadores, a da primeira insurreição vitoriosa do proletariado e da instauração do poder proletário, o poder dos soviets, cujos ensinamentos se mantêm, hoje como ontem, actuais no combate a todos os oportunistas, revisionistas e esquerdistas, que renegam na prática os ideais comunistas.

Processo que contou com a direcção genial do maior dirigente proletário do nosso século, V.I. Lenine, cujo pensamento e acção são guias universais do movimento proletário e inauguram uma nova fase — o leninismo — de desenvolvimento teórico e prático da teoria científica do proletariado.

Custe embora a todos aqueles que erigiram o marxismo-leninismo em dogmas abstractos, o pensamento de Lenine, as contradições os erros e os avanços que ao longo da sua vida caracterizaram a elaboração teórica e a acção política do chefe revolucionário russo, constitui itinerário intelectual e político que a ser conhecido criticamente, pouco deixa de pé das concepções metafísicas que fazem os oportunistas elevarem a ídolo e verdade eterna a sua obra, mas fazem avultar o homem como líder revolucionário consequente e genial.

O ITINERÁRIO DO LENINISMO

O pilar do pensamento revolucionário de Lenine é a compreensão científica da época histórica em que viveu e dos caminhos necessários para transformá-la. Isto é, Lenine estabeleceu com rigor científico, seguindo o método de Marx, a natureza da época histórica que se abriu na Rússia e na Europa, no princípio do nosso século, na sua característica — mais importante: a actualidade histórica da Revolução proletária.

Os resultados a que chegou teoricamente estão contidos em duas obras fundamentais: o **Imperialismo, fase suprema do capitalismo**, de 1916 e o **Estado e a Revolução** escrito entre as duas Revoluções de 1917. Os resultados a que chegou na acção de dirigente proletário foram a edificação do poder soviético na Rússia e a criação da III Internacional, no ocaso da sua vida.

Mas o longo trajecto percorrido até aí é bem mais sinuoso do que pretendem os «filliteus» da nossa época...

CONTRA O ESPONTANEISMO E O ECONOMICISMO

O primeiro grande com-

bate ideológico e político que Lenine travou, desde os últimos anos do século XIX, foi contra o economicismo generalizado entre os teóricos revolucionários russos, incluindo os que militavam no partido operário russo.

Interpretação mecânica e fatalista da história, pondo o acento tónico na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e subalternizando a luta de classes como motor da história, o economicismo impregnou todo movimento revolucionário europeu depois de Marx e de formou as ideias fundamentais da sua doutrina.

O economicismo é uma visão unilateral da história que reduz tudo ao seguinte princípio teórico do materialismo histórico: **nenhuma formação social de desenvolvimento todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações.** Aplicando mecanicamente este princípio à realidade, o economicismo vê a sucessão das formas em que as sociedades se organizam como uma cadeia uniforme em que ao feudalismo se sucede o capitalismo e a este o socialismo quando as forças produtivas materiais já não se podem desenvolver mais no quadro das relações de produção próprias a cada um dos modos de produção dominantes nessas sociedades.

As consequências políticas do economicismo eram diferentes conforme os desenvolvimentos concretos do movimento operário nos diversos países da Europa. Mas sempre implicou uma **subordinação objectiva da acção revolucionária** aos impulsos espontâneos das massas oprimidas política, social e culturalmente pela burguesia, e o **seguidismo** em relação à iniciativa histórica da classe burguesa.

Isto é, traduz-se em concepções **espontaneístas** na luta política e económica do proletariado e **pactua com a dominação ideológica burguesa** sobre as massas proletárias e as classes exploradas e oprimidas não proletárias.

Esse combate ideológico e político de Lenine toma forma mais acabada em duas obras de grande importância, nos primeiros anos do século XX: «**Que Fazer?**» (1902) e «**Um passo atrás**» (1904).

Contra os que pretendem reduzir o alcance da luta do proletariado num país com notável atraso no desenvolvimento capitalista, Lenine avança teses diversas, sustentando que: «... a demolição do mais poderoso baluarte da reacção, não só da Europa como de toda a Ásia, converteria o proletariado russo em vanguarda do proletariado internacional» (1).

Mas esse caminho passa pela emancipação do movimento proletário da tutela ideológica burguesa. Leni-



ne retoma o programa político do proletariado internacional que Marx e Engels tinham estabelecido, desde 1848 (Manifesto do Partido Comunista) quando compreenderam que «os preliminares da revolução proletária, as medidas que nos preparam o campo de batalha, e preparam a cena histórica — a república una e indivisível, etc., reivindicações que nós devíamos afirmar anteriormente contra gente cuja vocação normal deveria ser realizá-las, ou pelo menos exigí-las — tudo isso está agora compreendido e esses senhores aprenderam-no. Desta vez, nós começaremos desde já com o Manifesto.» (2).

Marx e Engels consideravam desde meados do século XIX que na Europa, e em particular na Alemanha, as reivindicações democrático-burguesas já não correspondiam à maturidade do movimento operário e ao desenvolvimento das contradições do capitalismo europeu. Lenine retoma estas teses face à realidade russa, como Engels que: «Tudo isto diz respeito naturalmente apenas à teoria. Na prática, seremos sempre conduzidos a preanizar e a aplicar medidas radicais sem nos deixar prender por qualquer consideração teórica seja ela qual for. E aí reside o mal, porque temo que o nosso partido seja um belo dia forçado a uma função de Governo, a fim de executar finalmente tarefas que não são directamente as nossas mas são revolucionárias para o conjunto histórico e correspondem aos interesses especificamente pequeno-burgueses. Ora, nessa ocasião, ser-se-ia obrigada pelas massas proletárias (...) a tentar fazer saltos em frente, procedendo a experiências comunistas, de que sabemos melhor que ninguém que ainda não chegou o tempo.» (3)

Lenine respondeu a estes problemas teorizando o **papel do partido revolucionário da classe operária** como dirigente do movimento proletário, funcionando segundo normas estritas de disciplina e centralismo, e definindo a sua estratégia e tática na luta democrática.

O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

«A consciência política

de classe só pode ser levada ao operário do exterior, isto é, de fora da luta económica, de fora da esfera de relações entre operários e patrões. A única esfera em que se pode encontrar estes conhecimentos é a esfera das relações de todas as classes e camadas com o Estado e o Governo, a esfera das relações de todas as classes entre si» (4)

Assim estabelece Lenine a «doutrina de emancipação» política da classe operária da influência das ideias burguesas que dia a dia na Rússia czarista se espalhavam e tornavam dominantes. Mas a sua concretização passa por uma curiosa «disputa» entre o movimento socialista e as ideias burguesas. Lenine empreende tal «disputa» que vai residir em retirar à influência burguesa os **elementos intelectuais russos** que o regime czarista já não enquadrava e que se aproximam do movimento operário. A intelectualidade russa da sua época aspira ao progresso social e considera o velho regime como obsoleto. Mas tende maioritariamente a aceitar a necessidade histórica de desenvolvimento capitalista e tem papel contraproducente junto do movimento operário: alimenta o espontaneísmo e o economicismo.

Incute assim no movimento proletário nascente as falsas ideias de necessidade de um **desenvolvimento capitalista** «completo» antes de se colocar a questão do poder para o proletariado, preconizam a aliança seguidista do movimento operário com a burguesia que permita a rápida expansão das forças produtivas até estarem criadas as «condições materiais» para a revolução proletária.

Se Lenine nunca duvidou do papel dos intelectuais na formação da consciência política de classe do proletariado russo, também nunca ignorou os perigos que continha. Para Lenine, só a edificação do partido revolucionário em bases centralistas e altamente disciplinadas é antídoto eficaz para esse perigo.

«É aqui que o proletário que passou pela escola «da fábrica» pode e deve dar uma lição ao individualismo anarquista. (...) O operário consciente sabe apreciar os conhecimentos

CONGRESSO DOS SINDICATOS

— carta aberta cada vez mais isolada

A «Carta Aberta», expressão sindical da política social-democrata, está a rasgar-se aos bocadinhos.

Na verdade, e passado que foi o período eufórico dos «Encontros de Coimbra», em que as posições triunfalistas das direcções sindicais autoproclamadas de «democráticas» inundavam os órgãos da imprensa burguesa, verifica-se agora que a «Carta Aberta» não passa no teste decisivo: a discussão no seio dos trabalhadores.

Assim, e até ao momento, abandonaram aquela plataforma, denunciando o seu carácter divisionista e traidor dos verdadeiros interesses dos trabalhadores, os seguintes sindicatos: Telefonistas do Norte, Gráficos de Braga, Metalúrgicos de Portalegre, Rodoviários de Leiria, Correios e Telecomunicações, Escritórios e Comércio de Castelo Branco, Navegação e Pescas, Indústria e Comércio Farmacêuticos, Telefonistas de Lisboa, Escritórios de Setúbal, e Bancários do Norte.

Entretanto, a CNOP (Comissão Nacional Organizadora Provisória) prossegue através das Dinamizadoras

— assembleia dos escritórios: o golpe, a vigarice, o desrespeito...

Dissemos atrás que a «Carta Aberta» não resistia à discussão entre os trabalhadores. Ora o que se passou na Assembleia do Sindicato dos Escritórios (cujas direcção foi — e pretende continuar a ser — um dos grandes sustentáculos da qual a linha divisionista veio confirmar a evidência: **Só o golpe descarado, e a «fuga» da direcção** (abandonando os trabalhos) impediu a formalização do rotundo NÃO à «Carta Aberta».

A abrir, surgiu na mesa um requerimento apontando para o encerramento da assembleia «imperivelmente à 1 hora». O presidente da mesa, com uma simples vista de olhos, não teve dificuldade em contar: seguramente três quartos do Pavilhão dos Desportos, gritando «Unidade», rejeitava a proposta.

O requerimento, no entanto, «cumprira» a sua missão. A correlação de forças estava posta a claro: a facção afecta à direcção era esmagada. A partir daí, o presidente ficou a saber como proceder. Ficou a saber como «contar» os votos.

E «contou!»
A parte final da longa e provocatória intervenção da direcção, apelando para o «Sim à Carta», «Não ao Congresso», é transformada em proposta. Submetida à admissão, é recusada pe-

Distritais, na promoção de sessões de esclarecimento sobre as questões relativas ao Congresso dos Sindicatos. Numa estimativa necessariamente incompleta, podemos dizer que, só no distrito de Lisboa, e em menos de um mês, a CNOP participou em mais de duzentas reuniões. E neste número não estão incluídas os plânrios levados a cabo por sindicatos de alguns dos mais importantes sectores de actividade, como os têxteis, construção civil e metalúrgicos, que têm movimentado cerca de duas centenas de milhar de operários.

Acresce dizer da influência das posições sempre defendidas pela corrente sindical revolucionária, participante na CNOP, nesta prática de democracia e correcção indiscutíveis. Recordamos, como reforço do que acabamos de dizer, que antes da constituição da CNOP (com os têxteis e outros sindicatos revolucionários) o secretário da Inter propunha-se, «apenas», organizar a seu bel-prazer o Congresso, e dispunha-se a negociar a hegemonia do Movimento Sindical com os subscritores da «Carta Aberta»...

a esmagadora maioria dos trabalhadores presentes. Mas o presidente da mesa considera-a, despididamente, admitida!

Não parecendo afectado pelas classificações de «gatunon», «vigarista» e «palhaço» com que, ritmicamente, era «brindado», o homem continou, imperturbável, insultando os trabalhadores de escritório, favorecendo, de forma descarada, as posições do grupo — abertamente minoritário — defensor da «Carta Aberta».

Até que, de provocação em provocação, conseguiu o objectivo que visava: impedir a afirmação da vontade dos trabalhadores. Para tanto, acabou por abandonar os trabalhos, seguido pelos restantes membros da «democrática» direcção, e pela facção apoiante.

No ambiente extremamente — e naturalmente — agitado que se seguiu, cabe referir a acção dos sindicalistas revolucionários, que conseguiram obstar ao «contra-golpe» imediatamente tentado pelos reformistas. Este pretenderam, sem mais nem menos, nomear logo uma comissão para a mesa, e prosseguir os trabalhos. Queriam aprovar, também «democraticamente» (e com certeza, «por unanimidade») a adesão do Sindica-

to ao Congresso...

Mas a correcção dos camaradas conquistou a receptividade dos trabalhadores, e ficou determinado que se iria, em esforço de mobilização, acelerar plânrios nos locais de trabalho, onde seriam denuncia-

— assembleia dos bancários ... o desrespeito, a vigarice, o golpe

Na assembleia dos Bancários do Sul e Ilhas (realizada na FIL), o «golpe» foi também constante embora praticado em moldes de certo modo diferentes. Até porque, contrariamente ao que acontecera no Pavilhão dos Desportos, as forças em presença eram muito equilibradas — e este facto desmente, desde logo, a apreçoada «esmagadora maioria» de apoio à direcção deste Sindicato (seguramente, a grande mentora da «Carta Aberta»).

De qualquer maneira, o presidente da mesa determinou sempre, com grande «segurança» e rapidez, a vitória sistemática das posições que serviam os interesses da direcção. «Segurança» e rapidez tanto mais de estranhar, quanto é certo que o livro de presenças registara a entrada de mais de cinco mil trabalhadores...

De resto, o próprio presidente, na votação decisiva — SIM ou NÃO à «Carta Aberta» — manifestou indistigável confusão, e admitiu a dificuldade da contagem. E, nesta altura, os trabalhadores aglutinavam-se em dois blocos bem separados, nos dois lados da sala. Acabou por se pronunciar: «Parece-me que o lado direito venceu por larga maioria».

Só!...
Antes, porém, de se chegar a esta fase, o «senhor presidente» deu uma lição de como se conduzem — «democraticamente» — os trabalhos de uma assembleia.

Tendo sido decidida a limitação do tempo para as intervenções, ele permitiu um discurso de aproximadamente uma hora à direcção. O costume: a constituição da Comissão de redacção da «Carta Aberta» — história reportada ao 1.º de Maio — as afirmações de independência, democracia, isenção partidária, etc.

Após a direcção, usaram da palavra mais três oradores. Curiosamente, todos afectos à direcção (os «outros» teriam chegado atrasados para a inscrição?...) — E foi a repetição, monótona, arrastada, deliberada, da mesma história, da mesma «Carta Aberta».

Sem que a mesa chamasse os oradores à Ordem de Trabalhos. Via-se, claramente, que interessava preencher o tempo, não permitir qualquer defesa da posição contrária.

E foram as diatribes, as provocações constantes. E

lho, onde seriam denunciadas as manobras da direcção golpista e esclarecer os trabalhadores ainda enganados pela afirmações de «democracia» e «inseção», que na prática, afinal, desmente.

o presidente, mudo! Era preciso — evidentemente — alimentar o calor do ambiente. Provocar. Provocar a situação que permitisse, depois à direcção, acusar os «desordeiros», a «orquestração habitual», o «habitual bando de arrua-ceiros».

A entremear os «discursos» — longos «discursos» — a mesa continuava a «brilhar», rejeitando ou aceitando pontos de ordem ou requerimentos ao sabor dos seus interesses, não desperdiçando, ela — também, um ou outra oportunidade para a provocação (verbal, que toda a sua prática foi provocatória).

Mas, ao fim e ao cabo, a assembleia dos trabalhadores bancários do Sul e Ilhas pronunciou-se pela permanência na «Carta Aberta», recusando participar no Congresso dos Sindicatos.

Este, o resultado que ficou.

Mas, muitos trabalhadores que levantaram o seu braço, votando «Carta Aberta», não devem ignorar que aquela duvidosa maioria foi conseguida com a aliança com os fascistas do PPD e CDS, com neo-nazis do MRPP.

E não ignoram que os fascistas e os neo-nazis não defendem, nunca defenderam, os interesses dos trabalhadores.

E verão, porque não podem continuar a ignorar, quem são os responsáveis pelo divisionismo.

— industria e comércio farmacêutico

Os trabalhadores do STICF reunidos em Assembleia Geral no passado dia 16/10 disseram sim à desvinculação do seu sindicato da «Carta Aberta». Aprovaram ainda um documento apresentado pela direcção com a posição desta em relação à «Carta Aberta» para ser tornado público desde o momento em que os trabalhadores do STICF disseram sim à unidade.

É de referir que a actual direcção é afectada à Inter e que a vinculação referida é da responsabilidade da ex-direcção (PS, MRPP) que sem ouvir os trabalhadores e sem os mesmos de nada terem conhecimento subscreveu o documento da «Carta Aberta».

**Não à Carta Aberta
Não ao pluralismo
Lutemos pela unidade.**

— assembleia dos electricistas

Realizou-se no dia 18, segunda-feira, às 20.30 horas no Instituto Superior Técnico a Assembleia dos Electricistas do Sul, tendo como ordem de trabalhos discussão e aprovação do regulamento para o Congresso.

Assembleia pouco concorrida pela classe, pois na sala estavam presentes à volta de 300 associados.

A Assembleia pronunciou-se como se deveria discutir o projecto de regulamento da CNOC e as restantes alternativas, apresentadas pelos restantes sindicatos. Logo que se começou a discutir esta questão verificou-se que a composição da Assembleia era na base constituída por militantes dos diversos partidos políticos, mas como sempre a maioria era para quem mais mobiliza para este tipo de Assembleias, ou seja o PCP. E nesse sentido foi logo aprovado por maioria a não aceitação da discussão de artigo por artigo do projecto, a qual levantou protestos de alguns camaradas operários presentes na Assembleia. Mas isso não valeu de nada, pois o que os reformistas pretendem é aprovar tudo sem discussão nenhuma.

Foi claro, nas intervenções feitas por alguns elementos da direcção e de

outros presentes na Assembleia afectos ao PCP, ao afirmarem que as outras alternativas eram divisionistas e não defendiam os direitos dos trabalhadores.

Com este processo burocrático e antidemocrático não é possível criar a unidade tão necessária para o Movimento Sindical Português, para a criação de uma Central Única, Democrática e de classe e para a defesa da Unidade Sindical.

Não basta criticar o revisionismo no seio do Movimento Sindical, é preciso ir ao fundo da questão, e apresentar uma alternativa revolucionária aos trabalhadores. Para isso, é preciso que os revolucionários estejam todos unidos para que não aconteça o que sucedeu nesta Assembleia em que cada um votou no projecto do seu partido. Ou se faz trabalho sindical ao nível de fábrica e se arrasta os trabalhadores em massa às Assembleias, ou então as posições dos revolucionários serão sempre derrotadas. Por isso, camaradas ao trabalho, ligação correcta aos operários para alforjarmos na luta a nossa unidade e a nossa organização.

**Viva a classe operária!
Em frente com a Central Única e de classe!**

CORTICEIROS EM LUTA

1. Em Maio de 1976 os Sindicatos Corticeiros enviaram ao Governo uma exposição sobre a situação da indústria.

Nesse texto referia-se que durante a campanha de 1375/76 a comercialização da cortiça tinha aberto a preços variáveis entre os 50\$00 e 80\$00 a arroba, o que permitiu às grandes empresas e intermediários utilizarem a sua capacidade financeira para comprar quase toda a produção, como foi o caso da empresa Amorim e Irmãos e outras; entretanto, em Janeiro de 1976 as cortiças já rondavam os 140\$00 a arroba.

2. Face à actual situação, os sindicatos corticeiros de todo o País exigem a tomada de medidas imediatas por parte do Governo, nomeadamente:

a) a concessão imediata de créditos aos pequenos e médios empresários para a compra de cortiça para a actual campanha, em condições favoráveis, bem como a revisão dos critérios utilizados na concessão dos actuais créditos.

b) a fixação do preço da cortiça ainda não vendida, não permitindo que ultrapasse os 160\$00 por arroba (preço para a melhor qualidade).

c) que as cortiças actualmente na posse dos intermediários sejam vendidas às fábricas onde se verifica a maior falta de matéria-prima.

d) que o Governo restrinja a exportação, durante a campanha de 1976/77 da cortiça em prancha de 1.ª a 5.ª de marcas, de 1.ª a 5.ª de meias marcas, e 10/12 de 1.ª a 3.ª.

e) a participação dos sindicatos corticeiros no Núcleo Técnico de Intervenção da Indústria Corticeira (NTIC) criado pelo Despacho do secretário de Estado da Indústria Ligeira de 18/5/76, que prevê apenas na sua composição a representação das entidades oficiais e do patronato.

f) que se inicie de imediato, no âmbito do NTIC com a participação dos sindicatos, estudos tendentes à fixação de preços, por qualidade, para a campanha de 1977, bem como a fixação de contingentes a levantar por cada empresa.

g) que os organismos governamentais fomentem o alargamento do mercado nacional, nomeadamente no engarramento de bebidas e no sector da construção civil.

MATADUÇOS

ENTREVISTA COM A COMISSÃO DE MORADORES

No passado dia 19 deslocaram-se dois camaradas do «Poder Popular» a Mataduchos, com a finalidade de ter uma entrevista com alguns camaradas da comissão de moradores aí existente. Para podermos dar uma ideia da luta que o povo trabalhador de Mataduchos tem vindo a travar contra o caciquismo fascista e seus aliados.

Estiveram presentes camaradas:

— António Pinto, motorista, Presidente da Comissão de Moradores

— Eurico Manuel, boiseiro da D.G.E.P., membro da Comissão de M.

— António Rodrigues dos Santos-comerciante, membro da Comissão de M.

— Manuel Marques, comerciante, morador da zona.

P.P. — Em primeiro lugar gostaríamos de saber qual é a composição social de Mataduchos?

C.M. — A população tradicional é constituída por operários e camponeses, aqueles que maior apoio nos dão. Com o decorrer do tempo surgiu um número significativo da população ligada ao sector dos serviços e do comércio.

P.P. — Como foi que surgiu a ideia da Comissão de Moradores?

C.M. — A 18 de Abril de 1975 partiu a iniciativa. Realizou-se então um plenário de moradores, com eleição democrática. Foi este o começo dos nossos trabalhos.

P.P. — A partir daí qual foi o vosso trabalho?

C.M. — Começámos pelo arranjo do poço da escola com canalização da água e compra do motor eléctrico, alargamento do recinto desportivo da escola, vedação da sua parte traseira e pintura interior e exterior da mesma. Alargamento da estrada 25 de Abril e iniciativa

das ligações rodoviárias com Aveiro (trabalho realizado em 8 dias — a população é servida por 7 carreiras diárias). Colocação de placas toponímicas, números das portas, ensaibramento de várias estradas. Arranjo de fontes (algumas foram destruídas por opositores ao trabalho da comissão).

Para a circulação do autocarro foram eliminadas curvas na estrada, com a construção de muros e vedação em esquema de compensação aos donos dos terrenos cedidos e construída uma rotunda. É essencial referir em tudo isto a óptima colaboração das autarquias locais, da junta ao governo civil e até mesmo da PSP e comandante da GNR (antes do 25 de Novembro).

P.P. — No entanto a comissão não se limitou só a estas realizações de carácter material, pois não?

C.M. — Não. A sua actividade estende-se a todo um campo cultural, social e socioprofissional. Foram realizadas aulas de alfabetização, inicialmente com professores locais e depois com jovens da terra, que já têm como resultado 22 diplomas da 4.ª classe. Além disso a comissão desenvolve uma acção de apoio constante à população, auxiliando-a nos problemas do dia-a-dia, na procura de emprego, na obtenção de papéis para efeitos legais, até a ajudar a população no trabalho do campo, sem qualquer discriminação — entre aqueles que apoiam a comissão e os poucos que se lhe opõem e como por exemplo, no auxílio a duas famílias a quem arderam as casas.

P.P. — Um aspecto que nos parece importante é não só a forma como a comissão ganhou o apoio popular, mas também como ela tem sido um caso exemplar de unidade, formada em torno de diferentes ideologias e partidanismos.

C.M. — Quando iniciou a

sua actividade a comissão tinha um apoio muito reduzido. Mas graças a um trabalho iniciado não na constituição de uma nova autoridade mas sim na formação de um grupo de apoio, auxílio e trabalho, ela conseguiu conquistar o apoio da população, notório após o curso de alfabetização, apesar de todas as formas de sabotagem reaccionária. E se tem sido auxiliada pelas forças de esquerda, tem também mantido um rigorosíssimo apertadismo, ciente de que a sua função é defender os interesses da população, e não o de servir de instrumento à acção de uma força política determinada.

P.P. — Dentro do conjunto de acções e auxílios qual tem sido o contacto da Comissão com outros órgãos de poder popular?

C.M. — A nossa comissão tem trabalhado perfeitamente e tem a sua orgânica baseada em estatutos elaborados. Assim, com base na nossa experiência temos contactado e auxiliado outras comissões da zona e colaborado na reativação do trabalho noutras que a ofensiva de direita destruiu, como a do Paço, por exemplo.

Tem sido também bastante a curiosidade e interesse de alguns estrangeiros, principalmente espanhóis e alemães, que têm vindo conhecer a nossa experiência.

P.P. — Uma das características desta comissão tem sido não só as permanentes acções de sabotagem que têm surgido no seu trabalho, mas também a maneira como sempre lhes resistiu. Podiam-nos referir alguns casos?

C.M. — Desde o início que se verificam acções de carácter reaccionário quase todas baseadas na agressão e intimidação ou ainda na destruição de realizações materiais da comissão.

Verificou-se logo a destruição de fontes arranjadas



por nós.

Depois, houve tentativas de impedir as aulas de alfabetização, quer através de agressões como de esperas às raparigas que frequentavam o curso. Foi ainda exercida chantagem pelos patrões sobre os empregados, ameaçando-os de despedimento se entrassem em contacto com o Pinto, ou ainda através de promessas de emprego no caso de abandono de apoio à comissão.

É curioso que os que tudo sabotam eram os que dantes se «ofereciam» para qualquer melhoramento.

Mas o mais grave foi o terem impedido a realização do plenário de regularização da Comissão com aprovação de estatutos. Recorremos à agressão como foi o caso de Manuel Marques, que foi agredido pelo Mantel Tavares e outros reaccionários, utilizando-se estes de barras de ferro, cabos de aço e um cassetete da P.M., mas felizmente este camarada trazia o capacete da motorizada que apesar de lhe ter dado alguma protecção não impediu

que ficasse bem marcada a violência do acto de que foi vítima este camarada. Exerceram ainda estes reaccionários intimidação sobre a população devido ao seu apoio à comissão.

P.P. — Para terminar gostaríamos que analisasse as perspectivas de trabalho no futuro.

C.M. — Neste momento continuamos a trabalhar na canalização de água, no que é essencial temos tido o apoio dos serviços municipalizados.

Mas temos dificuldades, em primeiro lugar a nível interno, pois não foram aprovados os estatutos, pelas razões já acima referidas. Para além disso nota-se já ao nível da comissão as dificuldades originadas pela escalada reaccionária nos órgãos de poder. Há sabotagem por trás. Põe-se o proble-

ma do abandono do apoio que até aqui nos era dado tanto pelas autarquias como até pelo FAOJ, etc. A falta de apoio oficial queima os órgãos populares junto das populações. Não há uma lei que permita o reconhecimento oficial. Havendo lei orgânica que legalizasse as comissões e as apoiasse era tudo diferente. E com a integração das comissões no esquema de Poder Local, as comissões fantoches — teriam então que trabalhar.

Relacionado com tudo isto está a falta de dinheiro. Não há dinheiro para fazer um jornal ou para os comunicados. Mesmo assim mantemos o projecto de obter uma casa de convívio (sede da Comissão), posto médico e infantários, que ainda não foram avante devido ao grupo de reaccionários sabotadores.

SEGUROS — lista B

A lista «B», concorrente às próximas eleições para o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul defende um programa de UNIDADE e LUTA — por um sindicato apartidário e independente na luta pela unidade dos trabalhadores.

Como pontos centrais do seu programa de acção, destacam-se:

Unir e organizar os trabalhadores na luta pelo socialismo.

Transformar o sindicato num órgão democrático e de classe.

Lutar pelo controlo dos seguros pelos trabalhadores.

Transcrevemos adiante a posição destes camaradas sobre o próximo congresso democrático de todos os sindicatos, dentro de uma perspectiva que visa fazer dele um momento importante para «a nossa unidade e organização na luta que travamos contra o aumento da exploração».

Sobre o Congresso dos Sindicatos esta lista defende posições claras e correctas que passámos a transcrever:

As nossas posições têm princípios básicos: por um congresso democrático de todos os sindicatos, pela participação de todos os trabalhadores e respeito pelas suas posições, por uma C. S. U. democrática, apartidária e de classe.

Defendemos que o congresso do congresso sejam na sua maioria eleitos directamente pelos trabalhadores com voto individual. Não confundimos Intersindical com secretariado, antes lutamos dentro da estrutura sindical para corrigir os erros cometidos e desmascarar todas as manobras a que os trabalhadores são alheios. Defendemos a máxima participação e democraticidade em

todos os passos da realização do congresso. Defendemos que a C. N. O. C. deve ser representativa quer a nível regional quer dos sectores fundamentais e composta pelos sindicatos que melhores provas tenham dado de empenhamento na reestruturação do movimento sindical e de respeito pela democracia sindical. Defendemos que o congresso se realize o mais breve possível para podermos reforçar a Central Sindical Única e a unidade e darmos resposta organizada à exploração capitalista de que as medidas tomadas e anunciadas são provas. Só a unidade e organização forjadas na luta possibilitarão uma resposta consequente da nossa parte e a construção de uma alternativa popular para a crise.

Joaquim da Silva poesia na luta

Joaquim da Silva. Alentejano. Analfabeto

Trabalhador rural, primeiro. Pedreiro da construção civil, agora. Uma vida dura, de sacrifício, de miséria, de exploração, de anos atrás de anos encurralado com a família numa barraca.

Uma vida de luta, que já lhe custou a prisão. A consciência cada vez mais forte de que a exploração tem de acabar e que só acabará quando os trabalhadores, finalmente unidos, finalmente organizados, esmagarem os que vivem à sua custa impondo-lhes a sua lei.

Por isso, participou na campanha do MES para a Assembleia da República. Por isso apoiou activamente a campanha de Otelo.

Habita no prédio de dez andares abandonado havia 3 anos em fase de acabamentos, cuja ocupação organizada pelos núcleos do MES na Amadora e Sintra e onde vivem hoje 20 famílias pobres, incluindo cerca de 70 menores.

Participou na ocupação; e no mesmo dia, exemplarmente, destruiu a barraca em que vivia com a família.

É um dos elementos mais activos em todo o processo referente a esta ocupação, tanto nas tentativas de legalização (ainda sem êxito) como nas tarefas respeitantes aos melhoramentos já introduzidos — Faz parte do GDUP do prédio e é candidato da lista de Unidade Popular para a Junta de Freguesia.

De toda esta experiência de luta o camarada Joaquim tira inspiração para os seus versos. Dos quais damos hoje um exemplo.

Há para aí tantos partidos
Alguns sete ou oito ou dez
Que eu conheço no País
Revolucionário só o M.E.S.

Partidos para mim só há um
Movimento de Esquerda Socialista
Seja dos outros qual for
Não os quero à minha vista.

Eu sempre apoiiei o M.E.S.
Por ele tenho afeição
Vivia numa barraca
E arranjo-me habitação

Tem lá grandes militantes
Cá na minha opinião
Se a esquerda toda assim fosse
Fazia-se a Revolução

Tanto mulheres como homens
Militantes do partido
Se houvesse mais como eles
Fazia-se o povo unido.

Também sou revolucionário
Mas sou muito impertinente
Esses partidos traidores
Não os quero à minha frente.

Sou de todos camarada
Seja de noite ou de dia
O nome do movimento
Para mim dá-me alegria

Ou me acreditem ou não
Estou a dizer a verdade
Afirmo que o M.E.S. quer
Para o povo a liberdade.

O M.E.S. sempre tem lutado
Ao lado da classe operária
Fez tantas ocupações
E apoia a Reforma Agrária.

Ocupamos este prédio
Para termos habitação
A nossa palavra de ordem
Casas sim! Barracas não!

Junto a um movimento
Bastante temos lutado
Com bastante sacrifício
Muito temos melhorado.

O movimento será
Quem o prédio ocupou
Mas pouco valor lhe dão
A quem casa lhe arranjou.

Isto é para os moradores
Se quiserem entender
Dizem coisas incorrectas
Que não devem dizer.

Temos electricidade
Temos água e contadores
Eu faço aqui um apelo
A todos os moradores.

Vamo-nos organizar
Não queremos cá divisões
Temos que colaborar
Com a nossa comissão.

Sei que têm havido erros
Ao lado da classe operária
Critica-se a comissão
Para melhor funcionar.

GDUPs — forjar uma direcção que seja capaz de alargar a unidade popular

1. O Congresso dos GDUP's a realizar no princípio do mês de Novembro tem uma importância histórica para a luta do nosso povo e para a construção da alternativa popular à crise do capitalismo no nosso país.

2. A unidade popular conheceu com a candidatura de Otelo o seu maior passo em frente: os GDUP's surgiram clara e limpidamente aos olhos das massas trabalhadoras como o melhor caminho para a unidade, como uma forma concreta e possível de construir a unidade necessária para a vitória sobre o fascismo, o capitalismo e o imperialismo.

3. Os oitocentos mil votos em Otelo confirmaram a justeza da unidade política que forças e militantes antifascistas e revolucionários souberam fazer. Os oitocentos mil votos em Otelo criaram a todos os revolucionários e antifascistas uma pesada responsabilidade: a criação da organização unitária capaz de transformar esse cau-

dal de simpatia e determinação em caudal de unidade e luta.

4. Os GDUP foram-se organizando e transformando. GDUP's foram formados em bairros, fábricas e herdades onde não existiam, ao mesmo tempo que outros desapareciam com o final da campanha eleitoral. A dinamização da unidade e a organização das lutas foi ganhando peso em relação às tarefas de agitação e propagação: da massa de simpatizantes e votantes em Otelo destacaram-se uns milhares de activistas que constituem a base da acção dos GDUP's.

5. Muitos erros foram cometidos. Onde o sectarismo triunfou a base de apoio dos GDUP's reduziu-se, onde o sectarismo foi derrotado e o espírito unitário venceu, a base de apoio dos GDUP's alargou-se. Onde o eleitoralismo e o triunfalismo prevaleceram a organização foi descurada, onde foram arreitados a organização avançou e os GDUP's souberam estar à altura

da direcção das lutas populares.

6. A situação actual dos GDUP's é, portanto, uma situação de encruzilhada, pois se há batalhas ganhas definitivamente, há batalhas que ainda não foram ganhas, se há erros que foram corrigidos, há erros que se mantêm e avolumam.

7. O MES considera, fiel ao seu princípio de que as divergências não se escondem mas debatem-se e resolvem-se no seio das massas populares e da sua luta diária, ser seu dever tornar claras e públicas as posições que tem defendido no seio dos GDUP's e, particularmente, na CNPUP. Assim:

1.º — A base social e política actual dos GDUP's está em **contradição com o objectivo da criação de uma ampla frente unitária.**

Poderá uma organização que não quer nem pode ser uma frente de partidos ou uma «frente» de um qualquer partido ter como base um conjunto de activistas onde o peso dos militantes

partidários é muito forte e o dos elementos sem partido muito fraco?

Poderá uma organização que quer ser a alternativa popular e revolucionária para a crise — ter uma base em que os elementos da classe operária estão em minoria face aos elementos das outras classes e camadas sociais suas aliadas?

Para o MES a resposta é simples: NÃO! Por isso mesmo defendemos como batalha decisiva para os GDUP's o seu alargamento e enraizamento nas fábricas, herdades e bairros pobres, na base da mais ampla unidade, na base do combate sem tréguas ao sectarismo.

2.º — Os GDUP's devem possuir uma **direcção reconhecida pelos seus activistas mas, sobretudo, pelas massas populares, uma direcção criada correcta e pacientemente no seio dos GDUP's e não imposta do exterior.**

3.º — Para que o Congresso dos GDUP's esteja à altura das suas responsabilidades perante

o povo e para que o MUP seja criado torna-se necessário aprofundar o compromisso e a unidade políticas que estiveram na base da candidatura de Otelo.

4.º — Este compromisso e esta unidade devem ser feitos à volta das questões da organização e da direcção.

5.º — A única maneira de na fase actual fazer avançar a luta pelos objectivos da candidatura de Otelo e pelos dez pontos aprovados no comício de Lisboa que, a nosso ver constituem uma sólida base programática, é a de forjar uma direcção para os GDUP's que seja capaz, em vez de estreitar, de alargar a unidade popular, isto é:

A) Uma direcção onde nenhuma das forças políticas apoiantes dos GDUP's esteja em maioria.
B) Uma direcção onde o peso dos lutadores seja suficientemente forte.
C) Uma direcção que respeite a composição actual dos GDUP's sem pôr em causa o processo

de unidade.

D) Uma direcção onde as forças políticas apoiantes estejam representadas de forma largamente minoritária e às claras, isto é, por direito próprio e sem subterfúgios.

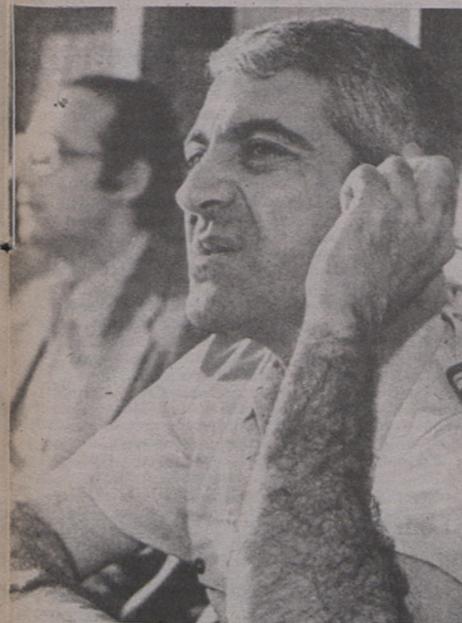
6.º — Esta direcção só será possível se a CNPUP e o general Otelo souberem assumir o seu papel criando as condições para que a «democracia» não possa ser agitada para enterrar o processo de unidade: enquanto os militantes partidários foram majoritários no conjunto dos activistas dos GDUP's, respeitar a democracia é conjugar o compromisso político com a votação aberta, a unidade das forças políticas apoiantes dos GDUP's com a unidade que cresce e se fortalece na base.

7.º — Os GDUP's exigem de todos os comunistas, revolucionários e antifascistas o máximo de esforço e empenhamento, o abandono do espírito mesquinho e sectário em favor da prática unitária. O MES

e os seus militantes saberão estar à altura do Congresso dos GDUP's. O MES e os seus militantes estão confiantes que todas as outras forças

políticas também saberão estar à altura das exigências de unidade do nosso povo.

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA



ACERCA DA UNIDADE

Temos dito e repetimos: um dos perigos que, podem ameaçar o processo de unidade e os GDUP é o vanguardismo sectário. Este traço que temos criticado na actuação da UDP/PCP(R), que é uma forma de oportunismo político, tem vindo a acentuar-se face à correcta resposta que no seio do movimento de unidade, da CNPUP à base, lhe tem sido dada. Exemplo frizante disto mesmo é o que sucedeu na tentativa grosseira de manipulação por parte da UDP/PCP(R) de um plenário no Porto, com representantes dos GDUP que não estavam mandatados para eleger distrital alguma, e onde delegados irresponsáveis afectos à UDP o quiseram forçar. A justa crítica desenvolvida a este processo pelas outras forças políticas e por numerosos GDUP levou a que a CNPUP não reconhecesse a distrital fantoche que saiu de

tal plenário e impusesse nova eleição em plenário a convocar expressamente para tal.

O espantoso está no comentário que se nos depara na «Voz do Povo» n.º 116 a estes mesmos factos. Sob o título «Dois passos à frente, um passo atrás» o órgão da UDP vem defender a «correção» de tal processo criticando a nossa organização e todos aqueles que impediram tal burla. Em próxima ocasião abordaremos estes factos, mas desde já assinala-se aonde conduz a cegueira desta forma de oportunismo por parte de quem se diz ter no seu seio os «melhores filhos do povo». É tempo para também parafrasearmos Lenine e perguntar: Quem são estes «melhores filhos do povo» e como põem em causa (pela cegueira) o processo de unidade?

Os acontecimentos do Porto Resolução da CNPUP

Com base em informações directas prestadas por camaradas do Executivo Distrital cessante do Porto e por camaradas eleitos no plenário do passado dia 9 de Outubro, a Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular analisou demoradamente as condições em que decorreu este último plenário, tendo concluído que nele não foram garantidas as exigências de unidade, democraticidade e representatividade que têm de caracterizar o funcionamento dos GDUP's e das suas estruturas de direcção.

Por esse motivo foi deliberado o seguinte:

- 1.º — Convocar, para data entre o prazo limite para a apresentação de candidaturas às Autarquias Locais e o Congresso dos GDUP's uma Assembleia Distrital do Porto que proceda à eleição da Comissão Distrital de Unidade Popular (sugerem-se, para escolha de local, as datas de 24 ou 30 de Outubro).
- 2.º — Assegurar que uma estrutura provisória continue a manter a direcção do Movimento no Distrito

do Porto, com a seguinte composição: 1 ou 2 representantes de cada Comissão Concelhia eleita, 1 representante das zonas onde ainda não haja concelhias eleitas, 2 representantes por cada organização política apoiante da candidatura de OTELO (a delegação da UDP na CNPUP votou contra esta composição).

3.º — As funções desta estrutura provisória serão fundamentalmente o trabalho com vista às eleições para as Autarquias Locais e a preparação do Plenário para eleição da Distrital referida em 1.

4.º — A CNPUP convoca a primeira reunião plenária desta estrutura provisória para o próximo sábado, dia 16/10 de 76.

5.º — A CNPUP recomenda a essa mesma estrutura provisória que aproveite ao máximo o empenhamento político das camaradas designadas no plenário de 9/10/76, nomeadamente os que estão a trabalhar na luta pelas Autarquias Locais, bem como todos os que prosseguem os combates políticos do Movimento.

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS AO CONGRESSO

1. O Congresso dos GDUP's reunirá em Lisboa nos dias 5, 6 e 7 de Novembro e nele participarão como **delegados efectivos** os activistas para tal eleitos pelos GDUP's, os membros da CNPUP, os membros das comissões organizadoras do Congresso os membros das Comissões Distritais eleitas e **por 3 activistas de cada concelhia ou Comissão de Zona Eleitoral.**

2. A eleição dos delegados deverá ter lugar entre os dias 20 e 28 de Outubro.

3. A composição do Congresso foi estabelecida segundo, os seguintes critérios:

— O número de delegados directamente eleitos pelos GDUP's deverá ser superior a 2/3 do total.

— Todos os GDUP's devem estar representados.

— Favorecer uma representação superior dos GDUP's de fábrica, herdade ou aldeia.

— Aplicar a todo o país um critério único, mas reservando um total de 200 mandatos para a correcção das desigualdades regionais.

4. Número de delegados a eleger

Cada GDUP de fábrica, herdade ou aldeia (este sempre que tenha activistas camponeses) elegerá um delegado por cada 5 activistas.

Os restantes GDUP's elegerão um delegado por cada 8 activistas.

Aplicando este critério temos as seguintes tabelas para a determinação do número de mandatos.

GDUP DE FÁBRICA, HERDADE OU ALDEIA

até 7 activistas, 1 delegado
de 8 a 12 activistas, 2 delegados
de 13 a 17 activistas, 3 delegados
de 18 a 22 activistas, 4 delegados

de 23 a 27 activistas, 5 delegados
de 28 a 32 activistas, 6 delegados
e assim por diante

OUTROS GDUP's

até 11 activistas, 1 delegado
de 12 a 19 activistas, 2 delegados
de 20 a 27 activistas, 3 delegados
de 28 a 35 activistas, 4 delegados
de 36 a 43 activistas, 5 delegados
de 44 a 55 activistas, 6 delegados

e assim por diante

5. Além dos delegados efectivos, cada GDUP elegerá **suplentes** (metade dos efectivos).

6. Os membros de cada Comissão Concelhia ou de Zona deverão ser também escolhidos (por consenso ou votação) pela respectiva estrutura até ao dia 27 de Outubro.

7. Na eleição dos delegados dos GDUP's só podem votar e ser eleitos os activistas que constem do recenseamento já feito.

8. O número de delegados a eleger por cada GDUP é determinado pelo recenseamento sempre que na assembleia de eleição estejam presentes mais de metade dos activistas recenseados. Caso estejam metade ou menos, a proporção dos delegados faz-se em relação ao número dos activistas recenseados presentes na assembleia. (Assim, um GDUP de fábrica com 30 activistas recenseados elegerá 6 delegados se estiverem presentes, pelo menos 16 activistas recenseados. Caso estejam presentes, por exemplo, 1/3, o GDUP elegerá 3 delegados).

9. A fim de corrigir as mais graves desigualdades de representação das Distritais, a Comissão Organizadora do Congresso poderá distribuir mais 200 mandatos, através da passagem de suplentes a efectivos. Não pode-

ão ser beneficiados por este sistema, os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal.

10. Assembleia para eleição de delegados

As assembleias de GDUP para eleição de delegados ao Congresso devem ser convocadas com um **prazo mínimo de 3 dias.** Esta reunião (local e data) deve ser comunicada à estrutura superior (C. Concelhia ou de Zona e Distrital) no próprio dia de convocação.

11. As Comissões Distritais e Concelhias deverão quando possível, estar representadas nas Assembleias de eleição de delegados ao Congresso, nomeadamente em todos os casos em que haja dúvidas sobre a existência e funcionamento de um GDUP.

12. A eleição dos delegados deve ser feita após discussão das bases programáticas e estatutárias já distribuídas aos GDUP e sobre as quais o Congresso vai deliberar.

13. Os delegados eleitos são delegados dos GDUP e por isso poderão ser vinculados a defender determinadas posições ao Congresso. O GDUP decidirá sobre esta matéria.

14. A mesa da assembleia do GDUP fará uma acta da reunião no impresso distribuído pela C. O. C., de que constarão o número de activistas eleitos e votação completa. Esta acta deverá ser escrita, lida e aprovada na própria assembleia de eleição e assinada por toda a mesa que dirigiu os trabalhos.

15. As Comissões Concelhias ou de Zona deverão também enviar à C. O. C. a acta da reunião em que escolham os seus 3 representantes ao Congresso.

16. Sempre que surjam dúvidas ou conflitos, estes devem ser resolvidos pelas estruturas superiores locais (C. Concelhia ou Distrital) e, caso necessário pela C. O. C.

17. A C. O. C. deverá dirigir regionalmente o processo de eleição de delegados e de preparação do Congresso desde que tal se torne necessário.

18. No fim do Congresso, os delegados apresentarão um relatório da sua actuação (intervenção e votações) ao respectivo GDUP.

DATAS:

a) Data de eleição, 20 a 29 de Outubro;
b) Data de envio das actas das eleições dos delegados ao Congresso:

1. Por correio: devem ser colocadas no correio até 27 de Outubro às 12 horas, endereçadas à Comissão Organizadora do Congresso — Rua Alexandre Herculano, 55, Lisboa 2, em carta registada.

2. As actas que não forem enviadas por correio até aquela data deverão ser entregues nas sedes das distritais respectivas ou nos casos em que não existam, na distrital mais próxima, até ao dia 30 de Outubro.

NOTA MUITO IMPORTANTE:

Os prazos acima indicados têm a finalidade de permitir à C. O. C. executar todos os trabalhos preparatórios do Congresso, só possível de serem realizados a partir dos dados constantes das respectivas actas. O não cumprimento destas disposições ou a falta de respeito pelos prazos estabelecidos determinarão a anulação da participação do GDUP no Congresso.

20. Cartões de delegados ao Congresso.

Os cartões dos delegados ao Congresso (tanto efectivos como suplentes) serão entregues, à entrada no 1.º dia do Congresso. Aos distritos de Lisboa e de Setúbal, os cartões serão distribuídos no decorrer dos dias 2 e 3 de Novembro, na sede das respectivas distritais.

Saudações Revolucionárias

A. C. O. C.



Onde o sectarismo triunfou, a base de apoio dos GDUP's reduziu-se
Onde o sectarismo foi derrotado e o espírito unitário venceu, a base de apoio dos GDUP's alargou-se

Conferência dos trabalhadores das cooperativas, pequenos agricultores e técnicos ligados à Reforma Agrária

Conforme se refere no comunicado de 1/10/76 do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, foi aprovada a seguinte moção no plenário de delegados sindicais e comissões directivas realizado a 19/9/76:

«Considerando a proposta saída da Assembleia de Trabalhadores e Técnicos do dia 18 de Julho de 1976, em Évora, para a realização de uma Grande Conferência dos Trabalhadores ligados à Reforma Agrária, propõe-se:

— Que esta Grande Conferência, na qual deverão participar delegados de todas as Cooperativas e U. C. P., se realize em Évora, nos dias 30 e 31 de Outubro;

— Que encerre na tarde do dia 31, com um grande plenário, aberto a todos os trabalhadores pequenos agricultores e técnicos, no qual serão lidas as conclusões e decisões dos debates de dois dias de Conferência;

— Que se forme uma Comissão Organizadora, com

os trabalhadores das Cooperativas e U. C. P., delegados, dirigentes sindicais e técnicos agrícolas ligados à Reforma Agrária;

— Que esta Comissão prepare a Grande Conferência, levando a cabo em toda a zona da Reforma Agrária, a dinamização dos trabalhos preparatórios;

— Que em todas as Cooperativas e U. C. P. sejam designados os delegados à Conferência (5 a 6 elementos de cada Cooperativa).»

das suas Cooperativas e U. C. P. e do seu sindicato... rejeitando todo o controlo que as actuais direcções dos sindicatos de trabalhadores agrícolas utilizam para impor a sua vontade aos trabalhadores das Unidades de Produção (por exemplo, no caso da colocação da mão-de-obra eventual sem consultar as cooperativas). Só assim será possível aos trabalhadores rurais erguerem uma sólida barreira de unidade e luta.

timento com pagamento a médio e longo prazo;

— Na aplicação de um seguro de colheitas e culturas contra possíveis acidentes;

— Na criação de organismos de comercialização não parasitários;

— Na construção de melhoramentos que permitam um melhor aproveitamento das áreas ocupadas;

— Na atribuição de subsídios aos órgãos de poder local de forma a ocuparem os desempregados em obras de melhoramento das comunidades locais, como por exemplo: estradas, esgotos, postos médicos e sanitários, creches, cantinas, etc.

— É preciso lutar pela constituição de União de Cooperativas e Herdades Colectivas que permitam:

— O escoamento das produções e a compra de produtos necessários à agricultura em iguais con-

dições para as diversas Cooperativas (fixação de preços; organização de vendas directas, etc.);

— Ajuda mútua (troca de serviços, utilização conjunta de máquinas, instalação de equipamentos) que impeça que umas Cooperativas tenham dificuldades e outras vivam desafogadamente, tendo como objectivo a formação de pequenas uniões de cooperativas;

— Uma resposta firme e solidária de todas as Cooperativas às ameaças fascistas.

Por tudo isto, os trabalhadores das Cooperativas e os pequenos agricultores, deverão mobilizar-se para esta Conferência a realizar em Évora nos dias 30 e 31 de Outubro, onde terão que impor a discussão colectiva e democrática de todos os seus problemas por forma a erguer firmemente a bandeira de luta pela defesa e avanço da Reforma Agrária.

JORNAL DE ALCÁCER

MENSÁRIO REGIONALISTA INDEPENDENTE E CULTURAL

MORTE, JÁ!...

Apareceu escrito, nas paredes da Calceteira — em letras garrafais. Azuis. Talvez, por isso, de algum monárquico já chateado com a República. Aqui mesmo, em frente à ponte. Para que os veraneantes, leiam.

Muitos deles rumaram para o mar, numa tentativa de fuga aos sobressaltos de uma terra em transformação. E, no regresso, ao atravessar a imensa planície vermelha aquecida pelo Sol da Terra, terão de ler, aqui mesmo na Calceteira: MORTE PARA SPINOLA, JÁ.

Conhecemos «progressistas» (hoje!) que consideraram traidor o General, quando ele, ainda antes do 25 de Abril, teve a coragem de pôr em causa a política governamental sobre o Ultramar (ao contrário do que fez, por exemplo, Costa Gomes e outros), mas não sabemos quem escreveu agora esta frase. Talvez algum dos «revolucionários» que, após o 25 de Abril, vestiu aquelas camisas muito pirosas com o Homem do Monóculo; ou al-

guém que bebeu até à saciedade por algum daqueles copos do Povo Unido, com o General à sombra do cravo. Os tais endeusamentos...

De qualquer forma, não há dúvida que a sentença está escrita: MORTE E JÁ!

Somos mais drásticos e, por isso, acrescentaríamos: eventualmente na Praça Pública, pelo garrote, como se fez na Espanha de Franco; ou envie-se perpetuamente para a Sibéria, como se faz na Rússia.

Seja como for: à Morte! E viva a Democracia!

Acima de tudo, o que faz pena é algum Povo ser ainda tão manejava, como se fora marionete. Num dia aplaude até ao delírio, no outro mata. É uma questão de cordelinhos! Que pena!

ALCÁCETEIRO

Continuação da 1.ª pág.

Continua na 2.ª pág.

CAMARADAS:

Porque sou sócio da colectividade que edita o «Jornal de Alcácer», que no seu último número publica um artigo reaccionário que não é mais que um dos contributos locais à actual escalada da burguesia, porque esse artigo não tem nada a ver com a maioria dos habitantes deste concelho, que são trabalhadores rurais bem conhecidos pelas suas posições progressistas, peço aos camaradas do «Poder Popular» que publiquem esta carta:

Alvalade 21/9/76 Pensão Serra

Ao «Jornal de Alcácer»

Como sócio que sou da colectividade onde é elaborado esse jornal cabe-me manifestar e dar-lhe a identificação que o mesmo merece.

Como é do conhecimento geral da população de Alcácer, quando regressou a Portugal o nazi Spínola, as forças de esquerda manifestaram o seu total repúdio perante tal facto, chegando a realizar manifestações em todo o País. O «Jornal de Alcácer» que mais não é que o defensor das mais reaccionárias ideologias, vem mostrar descaradamente o que representa para ele o sr. António da Spínola.

Será que para a direcção desse jornal não houve a tentativa de golpe constitucional em Junho de 1974? Será que não existia esse jornal quando da intentonã

reaccionária da «maioria silenciosa» em 28 de Setembro de 1974? Não teve esse jornal conhecimento do golpe reaccionário do 11 de Março em que perdeu a vida o soldado Luís?

Também não sabe a direcção desse jornal que o traidor Spínola é alto responsável pelos actos terroristas do E. L. P.-M. D. L. P.?

E agora pergunto: Porque é que o autor do artigo (esse tal calceteiro), ofendido por o GDUP de Alcácer ter escrito nas paredes «Morte para Spínola já», não assina os seus reaccionários e caluniosos artigos para que os trabalhadores e o povo de Alcácer possam conhecer quem é o defensor do fascismo que escreve esses artigos?

O sócio n.º 521 da colectividade que edita o «Jornal de Alcácer»

Para defender a Reforma Agrária é preciso que os trabalhadores estejam unidos e organizados em torno



Os trabalhadores fazem produzir terras que estavam abandonadas mas o Governo do dr. Soares quer devolver também essas terras!

Todos conhecem a propaganda reaccionária dos agrários organizados na CAP e todos os fascistas. Primeiro foi a Imprensa reaccionária com a condescendência de vultos eminentes do PS (como aconteceu com o sr. Mário Soares) que tentaram criar a imagem pública de que os trabalhadores rurais se apoderaram das terras, dos equipamentos e gados e tudo delapidaram...

Depois, invocando erros (que o próprio Ministro da Agricultura reconheceu serem insignificantes) a pretexto de devolver terras a pequenos agricultores e seareiros, lançaram e propagandearam a preparação de grandes operações militares e policiais para efectuar as desocupações. Tudo afinal para intimidar os trabalhadores que sempre estiveram dispostos a, pelo diálogo, reparar quaisquer erros que tivessem cometido.

Um exemplo das desocupações que se pretende fazer:

- COOPERATIVA AGRÍCOLA 6 DE AGOSTO
- Freguesia de S. Pedro da Gafanhoeira concelho de Arraiolos
- Área: cerca de 5000 hectares
- Trabalhadores: 320
- Entre as herdades o grupo denominado por Almagem, Agroal e Serrinha: 260 hectares
- A DATA DE OCUPAÇÃO estava abandonada com as terras completamente cobertas de mato.
- «Trabalhavam» lá apenas 1 guarda florestal e um guarda da propriedade
- Apenas era colhida a azeitona e a cortica

— Outras actividades que lá se faziam: caçadas, festas e notadas aos fins-de-semana

— Não havia qualquer gado, mas sim uma piscina

DEPOIS DA OCUPAÇÃO — os trabalhadores limpam o mato em metade das propriedades

Já lá fizeram uma folha de trigo e, este ano, na restante parte limpa fazem outra seara

O Governo agora pretende devolvê-la ao latifundiário pois, não tem a pontuação mínima MAS A LEI ESTABELECE A EXPROPRIAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DAS TERRAS INCULTAS E ABANDONADAS

Os trabalhadores, opõem-se com razão, a esta desocupação, que não se destina a proteger qualquer agricultor, mas sim a expoliar os que trabalham esta terra do laborioso esforço desenvolvido.

Face a todas estas manobras do Governo do dr. Mário Soares que mais não significam do que cedências descartadas aos parasitas da CAP, os trabalhadores do campo devem responder com a força da sua unidade e organização.

Assim a única resposta justa consiste em não permitir mais cedências aos agrários sabotadores e em avançar com as expropriações das terras que ainda se encontram nas mãos dos latifundiários.

SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES DA COOPERATIVA 6 DE AGOSTO
 NÃO PERMITINDO A DESOCUPAÇÃO
 AVANTE COM A REFORMA AGRÁRIA

Revogação da unicidade sindical Autorização aos patrões para despedirem à vontade

— AS MEDIDAS QUE DEFINEM UMA POLÍTICA

O Governo dito Socialista do dr. Soares vai avançando a sua política de compromissos e cedências com a direita reaccionária e fascista obedecendo cada vez mais docilmente aos «conselhos» de americanos e alemães. **Resultado:** As leis antioperárias feitas nas costas dos trabalhadores vão-se sucedendo, as provocações ao povo trabalhador vão sendo cada vez mais graves e as condições de vida das massas populares vão-se agravando de dia para dia. **Efeito:** As exigências do patronato reaccionário e fascista são cada vez maiores, basta ver as provocações que o fascista Casqueiro da CAP fez no plenário de muitos latifundiários e alguns pequenos agricultores enganados, basta ver as exigências da CIP no conselho da «amiga» EFTA para a reintegração de todos os bufos e fascistas saneados, a revogação das credenciais das CT's das empresas em autogestão e a entrega das empresas aos seus «legítimos»... sabotadores!

As mais graves provocações do Governo do dr. Soares aos trabalhadores de Portugal são sem dúvida a ameaça de revogação da lei da unicidade sindical e a lei que dá todo o apoio e cobertura aos patrões para despedirem a seu belo prazer.

QUEM ATACA, QUEM TRAI E QUEM DEFENDE A UNICIDADE SINDICAL

A revogação da unicidade sindical na lei tem um objectivo: Dividir o movimento sindical unitário, permitir a criação de sindicatos paralelos pelo patronato e pelos partidos da burguesia e implantar o pluralismo sindical. Mais uma vez se trata de aplicar o velho princípio que os exploradores lançam mão para tentar vergar os trabalhadores:

DIVIDIR PARA REINAR.

Atacada pela Social-democracia que na mira de ter a sua própria central controlada partidariamente faz o jogo dos reaccionários e dos fascistas, que seriam os grandes beneficiados da divisão do movimento sindical;

POR QUEM É DEFENDIDA A UNICIDADE SINDICAL?

PELO PCP JÁ NÃO É! Para além das declarações de dirigentes seus, que, face à grande batalha da defesa da unicidade, declararam que o PCP não trava batalhas perdidas, as teses para o VIII congresso já não falam de unicidade mas sim de pluralismo e unidade. Tratando desta maneira a unicidade, o PCP mostra a quem tivesse dúvidas, que para ele a unicidade servia acima de tudo reforçar o seu controlo partidário sobre o movimento sindical e não para fortalecer o movimento sindical.

PELO SECRETARIADO DA INTERSINDICAL E PELAS DIRECÇÕES SINDICAIS QUE SEGUEM A SUA LINHA SÓ EM PALAVRAS! No último plenário da Intersindical as propostas do Secretariado não passaram do habitual repúdio e uma moção apresentada pelas direcções que têm defendido posições revolucionárias no seio da Intersindical, como os Têxteis ao Sul, a Hotelaria de Braga, o Vestuário do Porto, os Corticeiros de Portalegre e outros, que propunham o caminho da mobilização e da luta de massas para defender até ao fim a unicidade sindical e colocavam pé de igualdade a lei sindical (V.L. 215/8) e o reconhecimento da Intersindical como Central Única (DL215/A), foi apodada de «anti-constitucional» já que a opção é entre pluralismo e unidade e a unicidade não passa de uma falsa questão...; na votação a grande maioria das Direcções Sindicais sancionou esta posição de renúncia à luta, traíndo na prática a grande manifestação de 14 de Janeiro de 1975 e a determinação dos explorados cuja consciência de classe lhes dita a necessidade de defender a unidade e a unicidade contra a divisão como algo que ninguém pode pôr em causa.

DESPEDIR PARA REINAR

A lei que o Governo do dr. Soares aprovou na sua reunião de 19 de Outubro é uma das maiores provocações ao povo trabalhador e um dos maiores serviços que qualquer Governo de antes ou depois do 25 de Abril prestou ao patronato explorador.

Pela UDP/PCP(r) também só em palavras! Quem falava da Intersindical amarela em 14 de Janeiro de 1975, quem não apoiou essa manifestação, quem não tomou nessa altura, uma posição firme face à consagração na lei da unicidade e hoje tece loses acerca dessa grande manifestação? Quem defende que a

Central única não existe, o que aliás se reflecte no facto que as direcções sindicais que influencia nada fazem para que os respectivos sindicatos se filiem na Intersindical; quem tem estas posições oportunistas sobre o movimento sindical leva-nos a pensar que apenas defende a unicidade em palavras porque o PCP a traiu nos actos!

A unicidade sindical é defendida até ao fim apenas pelos revolucionários e pelos milhares e milhares de trabalhadores que sabem que a unidade é o instrumento fundamental da luta contra o capital!

A unicidade sindical é defendida até ao fim pelos que reconhecendo na Intersindical a Central Sindical única erguida na luta não reconhecem na linha sindical defendida pelo seu Secretariado qualquer capacidade para conseguir forjar a verdadeira unidade, a unidade de combate, porque não defendem a democracia operária no seio do movimento sindical como o prova o projecto de regulamento para o Congresso dos Sindicatos que apresentou.

A unicidade sindical é defendida até ao fim pelos que não confundem a Intersindical com as posições maioritárias no seu seio e sabem ser minoria! Pelos que lutam para que o Plenário do dia 6 de delegados e dirigentes sindicais e comissões de trabalhadores seja um plenário na luta e para a luta!

DESPEDIR PARA REINAR

Lei a lei, decreto a decreto, ameaça a ameaça do dr. Soares e os dirigentes Social-democratas e direitistas do PS vão cumprindo as suas promessas, isto é, vão obedecendo à lei dos Dólares e dos Marcos.

A nova lei dos despedimentos tem um objectivo bem claro: dar força aos patrões para imporem a sua disciplina reaccionária nas fábricas e permitir a recuperação capitalista à custa do desemprego e da

miséria do povo trabalhador.

Em Janeiro o 6.º Governo tinha revogado todas as conquistas, nomeadamente as indemnizações, obtidas nos CCT em matéria de despedimentos! Em Outubro o Governo dito Socialista tenta revogar a grande conquista da proibição dos despedimentos sem justa causa!

De que serve dizer no art.º 1.º que os despedimentos sem justa causa e os despedimentos políticos ou ideológicos estão proibidos se no art.º 2.º todos os motivos são bons para pôr um trabalhador na rua? Isto, é demagogia que a classe Operária já não engole sr. Soares!

A lei dos despedimentos do Governo do sr. Soares inspira-se nas exigências da CIP nos conselhos do imperialismo e nos princípios do RDM fascista...

De entre tudo aquilo que o patronato quiser inventar o Governo apresenta treze razões para haver despedimentos com justa causa. Dessas treze (13), oito (8) podem ser postas em marcha sem qualquer processo: basta a verdade do patrão e a presença de 2 laços seus a «testemunhar»!

5 faltas não justificadas dão direito a um patrão para despedir um trabalhador — um general Spínola não exigiria tanto!

A maioria das «razões» para existir «justa causa» fazem lembrar a vingança, o ódio que a CIP e todo o patronato destilam contra a classe operária: Face a esta lei todos os trabalhadores que ocuparam as suas empresas para evitar a sabotagem dos patrões, todos os trabalhadores que sanearam os fascistas, todos os trabalhadores que fizeram greve passando por cima da lei do general Spínola, todos os trabalhadores que não obedeceram e obedecem cegamente à tirania patronal, devem ser despedidos!

Face a esta lei só há uma resposta: **MOBILIZAÇÃO E LUTA!** Esta, acima de todas as leis antipopulares não podem passar!

Contra a recuperação capitalista, obrigemos os capitalistas a pagar a sua própria crise!

Contra os despedimentos, emprego para todos!
Não à miséria — Direito ao trabalho!

BREVE

De como se reconstrói a história

«Ainda no tempo do V Governo Provisório, perante o agravamento da crise, perante o impasse que se estava colocando à esquerda (militar e civil) e a necessidade de se encontrar uma saída, o PCP propôs em 29 de Agosto um encontro de representantes das várias tendências do MFA, do PS, do PCP e de outras forças revolucionárias»

A. Cunhal em 7.12.75

«Foram justas as propostas feitas pelo PCP em 28 de Agosto para um encontro e exame conjunto da situação por representantes da Presidência da República, do Governo, das principais tendências do MFA (Nove, esquerda e COPCON) do PCP, do PS e de alguns agrupamentos de tendência esquerdista ligados ao Grupo do COPCON com vistas a encontrar uma solução política para a crise.»

Teses para o VIII Congresso em Outubro de 76



CRESCER A MOBILIZAÇÃO contra a política de direita do MEIC!

As razões de uma política...

O Governo PS intensifica a sua política de compromisso e cedências à direita reaccionária. Política de recuperação capitalista que se alarga e atinge largos sectores das massas populares: o aumento de preços, os desalojamentos, os ataques à Unicidade e à Reforma Agrária, ali estão para o comprovar.

Mas tem sido o ensino um dos campos em que mais claramente esta política de cedências se tem feito sentir; aliás era este um dos grandes terrenos de «reivindicações» dos fascistas através das suas «comissões de Pais» e dos apelos incessantes do CDS e do PPD contra o «escândalo das escolas».

As recentes medidas do MEIC, o apoio expresso que lhe dão as forças de direita e as suas organizações de juventude, a contestação evidente que sofreu por parte do Sindicato dos professores e de várias Associações de Estudantes ligadas ao PS, deixam ficar claro aquilo que já há algum tempo afirmamos: **o se. ministro diz-se socialista mas o seu Ministério é dominado pela direita reaccionária.**



Hoje está claro que o MEIC tem um plano de ataque sucessivo a todas as mais importantes conquistas operadas nas escolas antes e pós-25 de Abril. A burguesia joga a resolução da crise à custa da sobreexploração das massas populares e sabe que, para isso, em momentos como este, sempre foram as escolas um aparelho importantíssimo para a sua dominação de classe. Por um lado, toda a gente sabe que é aí que, em boa medida, um «modelam» as mentalidades dos futuros jovens trabalhadores; por outro lado, a burguesia necessita que os estudantes que saem das universidades, os futuros quadros intermédios e de direcção, sejam criados debaixo das opções capitalistas e reaccionárias.

É por tudo isto que vemos o MEIC atacar desde os Magistérios até às universidades, atacando assim a gestão democrática e a autonomia pedagógica e científica das escolas, atacando, no fundo, um ensino virado para a formação crítica da criança e do jovem, um ensino que se começara a ligar aos problemas e à vida do povo trabalhador.

É contra este ensino que saem as medidas do MEIC, e não por quaisquer propósitos de pôr «finalmente as escolas a funcionar» ou de «criar o pluralismo ideológico» nos aparelhos escolares.

Os estudantes, os professores e os empregados que viveram, nos últimos 2 anos, o processo de transformação das escolas sabem perfeitamente que, na sua esmagadora maioria, elas funcionam realmente e no verdadeiro pluralismo — a democracia colectivamente assumida, a discussão das grandes linhas de orientação por todos os membros da escola.

Quem quer o «caos» é o MEIC e a direita, e disto se vão apercebendo a maioria dos estudantes, professores e empregados, que lutam independentemente da sua filiação partidária pela defesa intransigente da gestão democrática e da autonomia das escolas.

A luz do que ficou dito, resalta a importância da manifestação convocada pelo Sindicato dos Professores, e as posições que as estruturas dos estudantes vêm tomando, e que o «Poder Popular» ao lado noticia.

Não menos importante, ao nível estudantil, é o processo em marcha de construção da UNEP — União Nacional dos Estudantes Portugueses, do qual também é feita uma análise neste número.

ENDA

«Poder Popular» entrevistará camaradas de diversas Direcções Associativas

No próximo domingo um ENDA — Encontro Nacional de Direcções Associativas — que pode vir a contar com a presença de cerca de cem AAE, e que será decisivo na definição dos processos de trabalho que irão até ao Congresso de construção da UNEP. Sobre este ENDA, «P.P.» entrevistará para o próximo número camaradas de diversas Associações.

ESTUDANTES

O QUE É A «RIA»?

A «RIA» é a Reunião Inter Associações do ensino Médio e Superior de Lisboa e que reúne todas as respectivas Direcções Associativas (mais de 20), sendo a estrutura de coordenação das lutas dos estudantes de Lisboa.

Realizada no passado dia 15, nela foram tomadas posições inequívocas face à política de direita do MEIC. Transcrevemos a seguir extractos do comunicado aí aprovado, e apresentado pela direcção de unidade popular da AEIST.

COMUNICADO AOS ESTUDANTES DE LISBOA:

Colegas:

Deparamo-nos mais uma vez com a necessidade de redobrar esforços na defesa e alargamento das conquistas estudantis, pois as medidas do Governo no campo do ensino tem-se revelado de profundo desprezo e ataque mesmo aos avanços verificados. O ministro Cardia legisla contra professores, estudantes, trabalhadores das escolas e do MEIC.

E em toda esta legislação (decreto «degradação pedagógica», abo-

lição do ensino unificado, «numerus clausus», ilegalização de cursos em diversas escolas, etc.) bem como o prometido decreto de gestão, sobressaiem objectivos comuns: é a afirmação autoritária de medidas não divulgadas anteriormente e em contradição com a prática diária decidida pelas escolas, é o destruir do direito que as escolas tinham alcançado de democraticamente decidirem da sua programação e funcionamento.

Mas a legislação não acaba por aqui: dentro de dias sairá mais um decreto, desta vez sobre a avaliação de conhecimentos. Com ele se dará mais um passo no

aniquilamento da democracia nas escolas.

E para nós que conhecemos a importância de não ficarmos isolados, que no tempo do fascismo sobmos avançar na construção de um poderoso movimento federativo, a necessidade de avançar na construção da União Nacional dos Estudantes Portugueses ganha peso e torna-se uma exigência.

DECISÕES

Face a esta situação, a RIA de Lisboa, reunida a 15 de Outubro de 1976, decide:

1 — Repudiar a política reaccionária do MEIC e recusar a aplicação dos decretos e portarias que prejudicam o funcionamento das escolas e todos os que nela estudam e trabalham.

2 — Apelar para a luta de todos os estudantes contra as medidas reaccionárias e apoiar a luta de docentes e trabalhadores em defesa do legítimo direito ao trabalho.

3 — Afirmar defender as conquistas democráticas do ensino e das escolas, nomeadamente os progra-

mas, a gestão democrática e o saneamento de fascistas.

4 — Lutar pela unidade de todas as escolas contra todas as medidas do MEIC que contrariem as aspirações dos estudantes, pelas formas de luta que, a recusa ao diálogo por parte do MEIC, impõe.

5 — A convocação de um plenário da Academia para a tomada de posição face à política ministerial do dr. Cardia e a organização da luta contra essa política.

6 — A realização de um esforço de convocação de RGAs em todas as escolas, que precedendo o plenário, o preparem e mobilizem.

7 — Mobilizar amplamente os estudantes das escolas através de RGAs, meetings, etc., a fim de que se discutam todas as medidas e se tome uma posição face aos ataques do MEIC, e se defina claramente os cadernos reivindicativos.

8 — Que a nova RIA se realize no próximo dia 27 de Outubro (4.ª-feira) às 15 horas no IST e que até lá todas as escolas realizem as suas RGAs

Pelo direito ao ensino!
Pelo direito ao trabalho!

PROFESSORES



Apesar das tentativas de Cardia e dos órgãos de «informação» da direita para denegrir o significado da manifestação convocada pelos sindicatos de profes-

sores de vários pontos do País e apoiada por várias Associações estudantis e algumas organizações políticas (como o MES), milhares e milhares de profes-

sores, estudantes, pais e trabalhadores, manifestaram o seu claro repúdio face à política reaccionária do MEIC.

Para além do número de pessoas presentes, esta manifestação teve um importância significada: Em primeiro lugar — porque foi a primeira grande demonstração de massas contra a política de sucessivas cedências à direita, por parte do Governo PS.

Em segundo lugar — porque veio mostrar que uma

larga mobilização e unidade política é possível na luta contra as medidas do MEIC, num momento em que estas atacam as conquistas fundamentais operadas nas escolas, colocando milhares de professores no desemprego, criando o «caos» em muitas escolas.

Em terceiro lugar — porque tornou claro que na resposta àquelas medidas se podem congrega todos os sectores de escola — professores, estudantes e empregados.

CONSTRUIR A UNEP NA LUTA!

O movimento estudantil em Portugal vive um momento decisivo da sua história — pela primeira vez existem reunidas as condições mínimas, objectivas e subjectivas, para a construção duma estrutura nacional de direcção e coordenação de luta de todos os estudantes portugueses — a UNEP — União Nacional dos Estudantes Portugueses.

Velha aspiração da luta estudantil e do movimento associativo, a criação da UNEP reveste-se, nesta fase, duma importância fundamental.

— Em primeiro lugar, porque as medidas repressivas sobre as conquistas estudantis têm sido, e vão continuar a ser, de carácter global, exigindo também por parte do movimento uma resposta unificada e global, que só pode ser dada por uma estrutura como a UNEP.

— Em segundo lugar, porque a luta por ser a «machadada final» nas organizações de direita nas escolas que, apesar de estarem clara-

mente em reflexo, mantêm uma força que não pode ser desprezada.

O início da resposta de massas às medidas reaccionárias do MEIC veio pôr a claro aquilo que afirmávamos: mais do que uma «velha aspiração», a UNEP é hoje um instrumento que urge criar para a direcção unificada dos processos de luta parciais.

A LUTA PELA UNIDADE E A CRÍTICA ÀS CONCEPÇÕES INCORRECTAS

Tem o MES defendido, nesta fase, uma ampla unidade das forças democráticas nas escolas, com vista à criação da UNEP. Temos claro que esse trabalho é difícil e contraditório, mas não temos menos a consciência que, face ao «número principal» e à sua força, essa unidade é necessária. Ela é possível, na medida em que as organizações souberem colocar o movimento de massas à frente dos «interesses de grupo» e, assumindo as suas responsabilidades, forem confrontando, na prática, as suas divergências.

Esta unidade virada ao essencial para o combate às forças de direita que, desde a JC ao MRPP também vão jogar na UNEP, não esconde, obviamente, as divergências. O trabalho preparatório da CO MORG — Comissão Organizadora do Congresso da UNEP, tem feito vir a lume diversas concepções.

O MES critica as posições que têm objectivamente entravado a preparação do Congresso, em nome do «anticupulismo» e da «prática de massas», tanto mais quando essas posições vêm de forças cuja actuação na direcção da anterior pró-UNEP se baseou exactamente pelo maior cupulismo e desprezo pelas decisões das Assembleias de massa.

O MES critica igualmente as posições que entendem a UNEP como um novo aparelho burocrático, braço «crítico» do Governo, tomando posições ambíguas quando não conciliatórias face à política de direita do actual MEIC, não percebendo, ou não que-

rendo perceber, que a UNEP ou se constrói intimamente ligada aos processos de luta agora desencadeados ou não terá qualquer credibilidade face aos olhos dos milhares e milhares de estudantes que irão combater aquelas medidas.

— Construir a UNEP na luta, ligando a sua criação à actual fase de mobilização e luta contra os ataques às conquistas democráticas nas escolas;

— Construir uma UNEP democrática, através de uma prática de massas, obrigando a uma ampla discussão de todos os documentos de preparação do Congresso, defendendo intransigentemente a participação no Congresso de estudantes eleitos em Assembleia, para além das direcções Associativas;

— Avançar decisivamente na preparação do Congresso da UNEP, derrubando todas as forças que o tentam entrar ou boicotar, são as posições que o MES tem defendido, e pelas quais nos continuaremos a bater.

CUBA

Revolução em marcha!

Cuba está a levar avante um corajoso e original empreendimento no sentido de estabelecer uma «Assembleia Nacional de Poder Popular» eleita como órgão supremo do Poder Estatal até ao dia 2 de Dezembro — nesse dia comemora-se o 20.º aniversário do desembarque do «Gramma». O processo compreende uma vasta descentralização do poder administrativo e económico a ser completado até ao princípio do ano que vem. Esse processo representa um alto grau de confiança na maturidade política do povo cubano por parte da direcção de Fidel Castro. A 1.ª fase da parte eleitoral do processo desenvolveu-se durante o mês de Agosto através de «primárias» em todo o país. Estas «primárias» incluíram uma pré-selecção de candidatos às eleições municipais a serem realizadas a 10 de Outubro. Aqueles que forem eleitos escolherão candidatos para os órgãos provinciais do «Poder Popular» e estes, por sua vez, escolherão os deputados para a Assembleia Nacional.

Um pormenor importante de todo o processo é a natureza profundamente democrática da selecção e eleição dos candidatos e o grau extremamente elevado de participação popular na fase de pré-selecção. Houve reuniões a todos os níveis, nos bairros e vilas, nas quais qualquer cidadão com mais de 16 anos de idade podia nomear um candidato. As únicas condições estabelecidas eram: a) os candidatos deviam ter pelo menos 18 anos de idade e b) aqueles que os propusessem deviam fazê-lo em seu próprio nome e não em nome do Partido Comunista ou qualquer outra organização.

Em todas as cidades, e no campo os cartazes apelavam para os eleitores escolherem aqueles que melhor servissem os seus interesses. Havia um mínimo de dois candidatos propostos com duas ou três urnas onde fosse necessário. De uma maneira geral houve três ou quatro candidatos propostos. O bairro ou vila representava um terço ou

um quarto do distrito eleitoral o que significa que haverá três ou quatro candidatos para cada assento nas eleições municipais de Outubro que serão efectuadas por votação secreta. Nos casos em que não houver uma maioria absoluta para um candidato haverá novas eleições entre os dois que tiverem o maior número de votos.

Nos bairros e vilas os eleitores sabiam muito bem as qualidades daqueles que seleccionaram a escolheram aqueles que melhor pudessem representar os seus interesses. Um mês antes das eleições de 10 de Outubro já fotos e biografias dos candidatos tinham sido preparadas por comissões eleitorais locais. Essas fotografias e biografias nos lugares públicos para informar os eleitores sobre o passado político dos candidatos. Não houve campanhas pessoais dos candidatos — nada de bandas musicais, cerveja à borla, nada de promessas eleitorais demagógicas. Foram feitos todos os esforços para que os eleitores escolhessem aqueles que são mais competentes na tomada de decisões que afectam a vida do povo. E os 95 por cento dos eleitores que estiveram presentes às reuniões de pré-selecção demonstram bem que eles compreendem muito bem esse processo importante ligado a assuntos locais, incluindo serviços públicos e indústria, vão agora passar a ser da responsabilidade dos comités municipais do «Poder Popular».

As eleições fazem parte de um processo fundamental de reestruturação económica e administrativa que inclui a abolição das estruturas criadas depois da vitória sobre a ditadura de Fulgêncio Baptista. Nessa altura (antes de 61) Cuba estava dividida em seis províncias e 126 municipalidades, divisão essa quase idêntica àquela imposta pelo colonialismo espanhol quando Cuba tinha seis províncias e 132 municipalidades. Ao longo do tempo isso foi mudado e em 1973 já havia 407 municipalidades, mantendo-se ainda as

seis províncias, com 58 «regiões» territoriais entre as províncias e municipalidades. O pessoal administrativo, a todos os níveis, foi nomeado pelo Governo central com os principais poderes económicos e administrativos concentrados ao nível regional. Entre o centro e a base havia três ligações intermediárias; a provincial, a regional e a municipal. 38 por cento dos 200 mil funcionários do Estado e serviços auxiliares trabalhavam ao nível regional e 16 por cento ao nível municipal. No novo sistema a ser concretizado pelo corrente processo eleitoral o escalão regional será eliminado, passará a haver 14 províncias e o número de municipalidades será reduzido a 169. Os comités municipais do «Poder Popular» eleitos passarão a controlar a administração de milhares de unidades económicas e dos serviços anteriormente administrados pelo Estado.

Estas mudanças aparecem na nova Constituição Socialista adoptada por 97 por cento dos eleitores num referendo realizado em Fevereiro deste ano. A experiência de «Poder Popular» tentada em Matanzas — uma das seis províncias originais — a partir de Junho de 75 teve bastante sucesso. No entanto Fidel Castro considerou que o número de delegados tinha sido demasiado reduzido — pouco mais de 3 por cento — e um esforço muito grande foi feito na Imprensa e Rádio para que houvesse mais delegados nas eleições municipais.

Assim foi dada muita publicidade aos distritos eleitorais que tivessem escolhido uma alta proporção de mulheres cuja média nacional no processo pré-selecção chegou aos quinze por cento.

Para que estas mudanças fossem efectuadas em menos de um ano foi necessária uma grande mobilização dos quadros do Partido Comunista e das Organizações de Massa, especialmente os C. D. R. (Comités de Defesa da Revolução) nas áreas urbanas e a A. N. A. P. (Asso-



ciação Nacional dos Pequenos Fazendeiros) nas zonas rurais. Definiram-se novas fronteiras provinciais e municipais; foram preparadas listas de votantes e um novo recenseamento enquanto foi lançada uma campanha que garantisse a maior participação possível das massas em cada fase. Foi constituída uma comissão nacional para estudar o caso, tipo, nível e organização, às quais estavam ligadas «as unidades das futuras municipalidades». Seria isso a determinar a transferência das unidades para um controlo desta ou daquela municipalidade. A questão sobre a colocação de cerca de 76 mil quadros que trabalhavam nas administrações regionais tem de ser resolvida. Vai ser feito um inventário de todos os empreendimentos, pessoal e fundos e haverá então recomendações de como redistribuir esses quadros.

Na realidade há três processos a desenvolver-se ao mesmo tempo que afectam o quotidiano e trabalho de praticamente todos os cidadãos cubanos:

- a) nova divisão, política e administrativa do país;
- b) eleições para os órgãos governamentais aos níveis municipal, provincial e nacional; e
- c) introdução de um novo sistema de direcção económica e planeamento ajustada à nova situação de poderes e competências descentralizadas ao nível local.

Tudo isto tem em vista uma redução da burocracia na administração e processo produtivo. Um corpo coordenador, «subordinado ao escalão mais alto do

Partido e Estado», está a ser estabelecido para definir as fronteiras entre as competências do Estado, província e municipalidade, e para estabelecer as ligações entre as variadíssimas actividades a serem desenvolvidas.

O próprio estabelecimento de novas listas eleitorais é em si uma tarefa importantíssima que envolve o registo de todos os votantes que tenham nascido antes do dia 11 de Outubro de 1960, ou nesse dia, (desde o fim de 1958 a população de Cuba cresceu de 6,76 milhões a 9,29 milhões).

Entre os serviços a serem transferidos para os comités executivos municipais e provinciais encontram-se os serviços públicos sanitários e educacionais, hotéis, restaurantes, cantinas e centros de recreação, o circuito de distribuição comercial, os serviços de transporte municipais e provinciais, repa-

ração de casas, compra e distribuição de carne, fruta e vegetais, assim como as indústrias locais que servem as necessidades provinciais e municipais.

Baseada na experiência da província de Matanzas está a ser criada legislação que regulará as competências e responsabilidades dos órgãos centrais do Estado com os órgãos municipais e provinciais que lhes correspondem.

A elevada participação do público nas partes do processo já desenvolvidas — aprovação de uma nova Constituição e pré-selecção de candidatos para os órgãos de base do Poder Popular — é em si um sucesso. Nas minhas visitas pelo país; nas fazendas, fábricas e escolas encontrei muito entusiasmo por esta fase excepcionalmente importante da Revolução Cubana.

Por
WILFRED BURCHET

ENCONTRO MES/MCE

Teve lugar em 19 do corrente mês, em Lisboa, um encontro entre delegações do MCE (Movimento Comunista de Espanha) e do MES. Chefiaram as referidas delegações, Eugénio del Rio, secretário-geral do MCE e Nuno Teotónio Pereira, do Sec. da CP do CC do MES.

Durante longas e proveitosas horas que revelaram grande identidade de posições, trocaram-se detalhadas informações sobre a situação política em ambos os países e perspectivas da sua evolução. Debateram-se questões ligadas ao desenvolvimento da luta de classes em Portugal e no Estado Espanhol e reafirmou-se o empenho dos dois partidos na intensificação e estreitamento das relações mútuas, materializado no internacionalismo proletário.

LENINE

Continuação da pág. 3

ca e organizativa dos combatentes de vanguarda, mas perdendo em muitos aspectos a actualidade quando a luta de classes se torna massiva, quando se alargam os quantitativos das fileiras revolucionárias e se altera o carácter geral do movimento de massas.

Lenine compreendeu magistralmente a exacta medida da importância dos intelectuais que, como grupo social, se desligam parcialmente das classes dominantes nos períodos de crise aguda da sua dominação. Mas encarou essa importância como um con-

tributo que o operariado «retira» dos intelectuais contra eles, enquanto grupo social instável, submetendo-os às duras normas da actividade partidária que obedece ao centralismo democrático.

O OPERARIADO NA VANGUARDA DA LUTA DEMOCRÁTICA

Parte do mesmo combate que Lenine travou contra as concepções que tendiam a amarrar o movimento operário às aspirações e interesses burgueses na Rússia czarista, é a estratégia e a tática que preconiza para o derrube do regi-

me czarista especialmente na sua obra de 1905 «Duas tácticas da social-democracia na revolução democrática». Aí defende que «a força capaz de obter a vitória completa sobre o czarismo não pode ser senão o povo, quer dizer, o proletariado e os camponeses se se tomam apenas as grandes forças fundamentais, distribuindo-se a pequena burguesia urbana e rural entre uns e outros». Essa vitória é «a ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses» (7).

Lenine não define esta fase da revolução como socialista. Mas o que neste período preocupa o chefe da revolução de Outubro é

um problema muito diverso da questão das «etapas» democrática e socialista da revolução. Para Lenine, o problema central da tática do partido social-democrata russo é como assegurar um linha autónoma do proletariado na luta democrática, pelo derrube do regime czarista, sem entregar a direcção dessa luta à burguesia «inconsequente» (que prefere deixar a meio a própria revolução burguesa e aliar-se às classes decadentes do feudalismo, do que aliar-se ao proletariado). E essa linha autónoma é tanto mais necessária quanto as massas camponesas constituem o grande contingente do movimento popular e se trata de as sub-

trair à direcção da burguesia russa, interessando-as na revolução proletária. Os bolcheviques, escreve, «querem elevar com as suas consignas a pequena burguesia revolucionária e republicana e, sobretudo, os camponeses até ao nível da democracia consequente do proletariado» (7).

Trata-se de assegurar que o proletariado «ajustará as contas com o czarismo à maneira proletária», isto é, «conseguirá imprimir o seu selo claro à revolução». Se as tarefas da revolução russa são ainda de liquidar o feudalismo e não ultrapassam historicamente uma fase democrático-burguesa da revolução,

Lenine não deixa de considerar que o carácter da revolução russa deve ser proletário, exigindo que o proletariado comande a luta e assegure desde logo os aliados fundamentais para a fase socialista da revolução.

(continua no próximo número)

(1) — «Que Fazer?», ed. em língua espanhola das Obras Escolhidas (Ed. Progresso), Vol. 1, p. 140.
 (2) — Carta de F. Engels a J. Weydemeyer (1853) (sublinhados nossos).
 (3) — Idem. Sublinhado nosso.
 (4) — «Que Fazer?», ed. cit. p. 183.
 (5) — «Um passo em frente...», ed. cit. p. 447.
 (6) — «Sobre a reorganização do partido», ed. cit. p. 587 e seg.
 (7) — «Duas tácticas...», ed. cit. p. 513 e seguintes. (sublinhado nosso).

O fascismo está vivo nas Forças Armadas

— é preciso esmagá-lo!

Todos os jornais, especialmente os de direita, fazem hoje grandes ecos sobre as manobras e contra manobras, sobre esta ou aquela jogada de tal linha político-militar ao nível das FFAAS. Tais notícias, com fundamento, têm no entanto a função de fazer crer às massas populares que o seu futuro se joga entre as cliques político-militares de uma ou de outra natureza, mais de direita ou menos de direita, mais «progressista» ou menos «progressista», isto é, que as massas populares terão que esperar e ser espectadoras do seu destino que se joga na luta entre os vários gabinetes do Poder.

Por isso é que a Imprensa de direita se mostra tão pouco preocupada em esconder certos «segredos dos Gabinetes» e ignorar a resistência que dia a dia, um pouco ainda isoladamente, soldados, sargentos e oficiais progressistas vão fazendo nos quartéis à política fascista que pouco a pouco tenta imperar nas FFAAS.

No entanto, estas notícias e zangas de comadres a nível do Poder, são de uma importância absoluta para as forças progressistas e revolucionárias e para as massas populares. Elas mostram-nos que a crise do capitalismo em Portugal não está, de maneira nenhuma, resolvida em favor da burguesia, e que a luta dentro FFAAS entre o campo do capital e o campo popular é uma luta actual da qual é necessário

esmagar todos aqueles que neste momento jogam em fazer das FFAAS um instrumento da repressão e opressão, de imposição de uma política sanguinária da destruição das conquistas alcançadas após 25 de Abril aos trabalhadores, de levar à prática os sucessivos decretos que um Governo dito socialista tem imposto ao povo português e a que este, com as suas próprias forças, tem resistido.

Para levar à prática a «lei dos despedimentos», «das desocupações na Reforma Agrária», do regresso dos patrões, da divisão sindical e impôr sindicatos e centrais sindicais paralelas, para agradar aos investidores e à política de sobreexploração do Imperialismo, etc, a burguesia e seus lacaios já perceberam que precisa das suas FFAAS como uma máquina bem oleada para responder às suas necessidades. E a verdade é que esta ainda não as tem. Por isso é que ela é tão hábil, nas suas manobras, por isso é que dia a dia ela se torna tão reivindicativa de posições que não possui nas FFAAS. Por isso ela cria os seus fantasmas, e os seus «Gigantes pés de barro» tentando assim esconder as suas fraquezas que advêm da capacidade de resistência e de força acumulada que as massas populares ainda mostram.

Perante as reivindicações da C.A.P., C.I.P., P.P.D./C.D.S. e dos militares fascistas nas FFAAS, o Go-

verno e o Conselho da Revolução, após o golpe de direita do 25 de Novembro vêm cedendo de uma forma vertiginosa a todas estas pressões tornando-se cúmplice, consciente ou inconsciente, não só do avanço do fascismo em Portugal como do seu auto-suicídio.

Dia a dia o povo português assiste à ocupação de lugares estratégicos nas FFAAS por oficiais fascistas, pela imposição da disciplina fascista nas FFAAS, pela ingerência interna e descarada do Imperialismo em Portugal. De fora, da Casa Branca, se decide se este ou aquele posto no Aparado Militar deve ou não deve ser ocupado por tal oficial; se se autoriza ou não autoriza reuniões nas FFAAS; de quantas bases os americanos precisam de estabelecer no nosso País. E o Governo? Cumpre! E o C.R.? Cala e consente! E assim, mais tarde ou mais cedo, se o povo não resistisse, tal qual como na guerra colonial, o povo português veria mais uma vez as suas armas e canhões apontadas à sua própria barriga.

Pelo EMFA e postos de Comando das FFAAS, vão povoando cada vez em maior quantidade os fiéis servidores do regime colonial-fascista de Salazar e Caetano. Todos os dias descem aos calabouços das prisões nos quartéis soldados que resistem à política fascista nas Forças Armadas enquanto Spínola, Kaulza, Bentencout Rodri-



gues, Luz Cunha e outros fascistas vão vivendo e actuando à sombra da «Liberdade e Segurança» prometida nas presidenciais. Oficiais metidos até aos cabelos na rede bombista e pides torturadores são desculpados porque no fundo têm a virtude de em comum serem anti-comunistas e o defeito de serem demasiado coerentes com a sua política.

Pires Veloso — Um gigante de pés de barro

Pires Veloso, do seu leito real, é lançado pela Imprensa fascista, como um 2.º Presidente um 2.º Governo e um 2.º C.R. que é preciso respeitar e ouvir. Isto é, nada se pode fazer nem legislar sem ouvir aqueles que nas suas costas se escondem e decidem, e que preparam o assalto definitivo ao Poder. Pires Veloso é o homem que o fascismo manda para a cabeça como manobra de distração, para pacificar as massas populares e as forças progressistas en-

quanto na sombra o fascismo se prepara.

Como lutar contra estas manobras

O momento é decisivo. Os inimigos mais ferozes do nosso povo preparam o seu ataque. A resposta tem que ser decisiva.

O combate ao fascismo pressupõe também um combate às posições conciliadoras daqueles que caído no terreno de luta que o inimigo impõe comprometem o futuro de um povo, caindo vítimas da sua própria política golpista.

A resistência das massas populares e dos soldados e militares progressistas dentro dos quartéis contra o fascismo é uma realidade. Há que unir todas as forças e responder organizadamente a todas estas manobras.

Há que ultrapassar divergências entre as forças progressistas e pôr os interesses das massas populares acima dos interesses pessoais e carreiristas.

A unidade é possível e

necessária.

A unidade em torno da reintegração dos sargentos e oficiais revolucionários nas FFAAS.

A unidade dos soldados, sargentos e oficiais progressistas dentro dos quartéis contra a cadeia única de Comando e pelo restabelecimento da liberdade de reunião e de expressão nas FFAAS:

A unidade pelo desmantelamento completo da rede bombista e terrorista

A unidade contra a ingerência do Imperialismo na nossa Pátria.

A unidade por uma FFAAS ao serviço do Povo e da resolução dos seus problemas concretos e contra a repressão aos trabalhadores.

A unidade, em conclusão, dos soldados, sargentos e oficiais progressistas com as massas populares contra o fascismo e pelo Socialismo

O FASCISMO NÃO PASSA-RA UNIDADE, ORGANIZAÇÃO, E LUTA!

PADEIROS

Continuação da pág. 1

recusaram-se logo sistematicamente a negociá-lo, alegando que a indústria não poderia suportar os encargos do novo CCT.

Os sindicatos pressionaram o Ministério do Trabalho para obrigar os patrões à negociação, mas de ambas as partes (MT e patrões) o interesse foi nulo e os trabalhadores continuavam sem negociações do CCT.

Realizaram-se então assembleias gerais, em todo o país para se estudar formas de luta que obrigassem o patronato à negociação do CCT, das quais saiu um consenso, que seria uma distribuição gratuita de pão no dia 27 de Julho, como forma de obrigar o patronato à negociação do CCT.

Entretanto no dia 23 de Julho (4 dias antes da programada forma de luta) o ministro do Trabalho, dr. Marcelo Curto, chama a Federação dos Sindicatos ao Ministério e pede-lhes para levantar a nomeação de uma comissão técnica, com patrões, sindicatos e

os vários Ministérios envolvidos, que faria sair uma portaria com as principais reivindicações, após um estudo feito ao projecto de CCT.

A comissão técnica só começou a «trabalhar» no dia 15 de Agosto, pretendendo a mesma comissão fazer apenas uma reunião por semana, e após insistência da Federação acabou por ceder para duas reuniões por semana.

Perante a demora da Comissão Técnica em estudar o projecto de CCT, os Sindicatos decidem fazer assembleias gerais em todo o país para tomar posição face à demora do estudo do projecto.

Após a realização das assembleias gerais, efectuou-se um plenário na Federação dos Sindicatos, para se chegar a um consenso para as formas de luta a adoptar. Assim foi decidido dar prazo à comissão técnica até ao dia 30 de Setembro para ter pronta a portaria. Caso este prazo não fosse cumprido os Sindicatos estudariam as formas de luta a adoptar.

Chegado o dia 30 de Se-

tembro, a Comissão Técnica tinha apenas discutido 44 das 146 cláusulas que o projecto continha, devido em grande parte ao boicote a algumas sessões pela entidade patronal e com a colaboração dos diversos Ministérios. Saliente-se ainda que os Sindicatos, ou seja, a Federação não ganhou nas votações uma única cláusula, chegando mesmo a perder a votação referente a cláusulas já possuídas no anterior contrato, como por exemplo a cláusula que assegurava aos trabalhadores o seu local de trabalho e cuja mudança só poderia ser feita (para outro local) com o seu consentimento. Na votação referente a esta mesma cláusula o patronato pretendia poder mudar um trabalhador do local de trabalho, quando lhe apetecesse.

A DECISÃO DA GREVE

São realizadas novas assembleias gerais, onde a maioria esmagadora dos trabalhadores opta pela greve como forma de luta.

A entrada em greve a nível nacional e ilha da Madeira é marcada para o dia 15 de Outubro (6.ª feira) para haver tempo de se avisarem as entidades interessa-

das, conforme a lei da greve.

Assim no dia 15 os trabalhadores da panificação entram em greve total, inicialmente com cerca de 40 por cento de adesões a nível nacional.

Entretanto, é marcado um plenário para sábado em Lisboa, onde a Federação tentou o levantamento da greve, sem o conseguir. A greve prossegue e começa a ter alguns furos. Assim a partir de segunda-feira já não estariam em greve os Distritos de Braga, Guarda, Viseu, Bragança e Vila Real, mantendo-se os restantes Distritos. Na 2.ª-feira novo plenário em Lisboa e nova tentativa (e agora desesperada) por parte da Federação e de alguns elementos da Direcção do Sindicato para o levantamento da greve. Acontece então a maior assembleia geral de todos os tempos (cerca de 1500 trabalhadores) mostrando grande mobilização para a luta.

Mas a determinação de classe vence o espírito da conciliação e a determinação dos padeiros em luta ultrapassa os limites que os elementos com mais responsabilidades na luta lhes queriam impor. Na mira da

«maioria de esquerda» as lutas dos trabalhadores não são organizadas para chegar à vitória, à conquista das reivindicações, mas antes para fazer pressão sobre o governo. Dai que a greve para estes elementos fosse apenas para fazer um dia ou dois, daí que no fim destes dias «os conselhos» dos principais Sindicatos afectos à linha do Secretariado da Intersindical começassem a aparecer no sentido de ser levantada a greve.

É decidido por unanimidade a continuação da greve. Entretanto marca-se novo plenário para 4.ª-feira. Fafo, Madeira, Covilhã e C. Branco levantam a greve e vão trabalhar 3.ª-feira.

AS MANOBRAS DO GOVERNO

Entretanto o Governo e o Ministério continuavam indiferentes à greve da panificação, e continuava por sair o que quer que fosse.

Na 3.ª-feira a Comissão Técnica na sua reunião habitual dá conhecimento de um processo que iria apresentar ao ministro, sobre salários e horários (as principais reivindicações). Este projecto é autenticamente provocatório aos trabalha-

dores, uma vez que propõe horário livre, consoante a vontade das entidades patronais (actualmente os trabalhadores da panificação têm um horário na lei diurna, ou seja, 6, 6.30 e 7 horas da manhã, para o pessoal de fabrico, e que é a maior conquista de todos os tempos dos trabalhadores da panificação) tal como antes do 25 de Abril, e uns salários praticamente iguais aos agora auferidos pelos trabalhadores.

Na assembleia de 4.ª-feira é então decidido por maioria o levantamento da greve.

Os restantes Distritos que ainda se mantinham em greve decidem também levantá-la.

A forma como a greve foi organizada e o seu arrastamento sem o esforço total para o esclarecimento das camadas populares mais afectadas pela falta do pão e para a conquista dos apoios necessários, empurrou os padeiros para esta decisão.

O espírito revolucionário da grande assembleia de 2.ª-feira, a maior que os padeiros já fizeram, não morreu. A luta vai continuar, contra o Governo e o patronato, os que fazem o pão têm direito a ele!